

ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA

***A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA
E SEUS ASPECTOS REGRESSIVOS
NOS PAÍSES PERIFÉRICOS***

SALVADOR

1996

ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA

***A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA
E SEUS ASPECTOS REGRESSIVOS
NOS PAÍSES PERIFÉRICOS***

Monografia elaborada como requisito
parcial para a graduação na Faculdade
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Bahia.

ORIENTADOR:

PROF. FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

SALVADOR

1996

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS	7
2.1	FRACO RITMO PRODUTIVO	9
2.2	GLOBALIZAÇÃO	11
2.3	DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	13
2.4	NOVO CONTEXTO DO IMPERIALISMO	17
3	CRESCIMENTO E PERIGOS DOS MERCADOS FINANCEIROS	22
3.1	PADRÕES MONETÁRIOS E INSTABILIDADE CAMBIAL	22
3.2	DESREGULAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	26
3.3	EXPANSÃO DA LIQUIDEZ INTERNACIONAL	30
3.4	ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO	32
3.5	NOVOS INVESTIDORES, NOVOS INSTRUMENTOS	35
3.6	MOBILIDADE E VOLATILIDADE	37
3.7	ASSIMETRIA DOS FLUXOS	41
3.8	PERIGO NAS BOLSAS	44
3.9	CRISES BANCÁRIAS	46
3.10	PRIORIDADE DA ESTABILIDADE MONETÁRIA	49
4	PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL	51
4.1	MÉXICO: UM PAÍS DE JOELHOS	53
4.2	SOBERANIA MONETÁRIA PERDIDA	58
4.3	ARMADILHA AO CRESCIMENTO	59
4.4	POBREZA	63
5	CONCLUSÕES	72
5.1	DEPENDÊNCIA NACIONAL, DESIGUALDADES SOCIAIS E INSTABILIDADE CRESCENTES	72
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

O estudo da globalização financeira é algo amplo necessariamente. Trata-se de amplitude decorrente do tema em si. Entretanto, busca-se, neste texto, focar mais o quadro do Brasil e da América Latina nas novas condições internacionais, delimitando-se basicamente os anos noventa. Indaga-se, neste estudo exploratório, o que a globalização financeira acarreta de agravamento da dependência nacional e das desigualdades sociais nos países periféricos.

No último quarto de século, a esfera financeira foi significativamente modificada. A magnitude dos mercados de valores alcançou cifras gigantescas, sobretudo nos precedentes 10 anos. Cotidianamente, são divulgadas informações sobre as conseqüências da financeirização da economia mundial. A autonomia e volatilidade do fluxo dos recursos externos para as bolsas de valores dos chamados mercados emergentes e o seu condicionamento ao diferencial das taxas de juros são elementos da internacionalização dos mercados financeiros. Neste contexto financeiro, supostas e alardeadas vitórias econômicas no México foram coroadas por espetacular colapso em dezembro de 1994.

A Cúpula do Movimento dos Não-Alinhados, realizada em Cartagena, Colômbia, em 20 de outubro de 1995, concluiu que o crescimento da dívida externa tem gerado crises e impedido o desenvolvimento dos países-membros do Movimento dos Não-Alinhados. Divulgaram uma carta reivindicando dos credores o cancelamento das dívidas externas dos países mais pobres e redução da dívida multilateral dos países em desenvolvimento. A pobreza continua marcando a África, o Sul da Ásia e a América Latina.

Os três bilhões de habitantes dos países mais pobres dispõem de apenas 5,4% da renda mundial. Isto é menos que o PNB da França. Cerca de 15% da população mundial encontram-se nos países desenvolvidos e detêm 80% da renda do planeta. A África negra, subsaariana, dispõe de menos da metade da renda do estado do Texas, nos EUA (BRISSET, 1993, p. 445).

A globalização é uma continuidade e transformação da internacionalização do capital. É também o recrudescimento das características excludentes - social e regionalmente - do sistema capitalista, nas condições da supremacia ideológica do neoliberalismo. Prossegue a dura disputa de mercados. A persistente crise do dólar, a flutuação cambial, a especulação das moedas e a extinção do sistema de Bretton Woods reforçam a instabilidade sistêmica da economia mundial. A desregulação e o crescimento exponencial dos mercados financeiros consolidam a dominação da oligarquia financeira internacional. O processo de integração e globalização dos mercados financeiros cobra uma velocidade superior ao ritmo do comércio internacional e da expansão produtiva.

O capital financeiro internacional busca a valorização fictícia, exacerbando a especulação e o parasitismo, em detrimento da produção. Agrava-se o estrangulamento de recursos para o investimento produtivo. Assim, restringem-se as condições de financiamento do desenvolvimento na periferia?

A magnitude e a volatilidade dos capitais e a concentração de poder da oligarquia financeira internacional criam uma situação de supressão da autonomia monetária nacional, atropelamento do poder dos bancos centrais, comprometimento da efetividade das políticas macroeconômicas e colapso dos mecanismos de planejamento econômico?

Os programas de ajuste estrutural, impostos pelo FMI e BIRD, -com corte dos orçamentos dos serviços públicos, quebra dos mecanismos de proteção social, arrocho salarial, abertura comercial indiscriminada, privatização de estatais etc.-, cobram elevado custo social, pioram as condições de vida, renovando o conflito distributivo, e implicam em aprofundamento da desnacionalização da economia.

Há, pois, um conjunto de condicionalidades e correlações que têm como eixo o atrelamento subordinado, subalterno e desfavorável dos países periféricos na economia internacional. No passado, os choques externos, em determinadas circunstâncias, impactavam a conjuntura das nações do Terceiro Mundo. Hoje, os acontecimentos, os humores e interesses dos países centrais têm maior automaticidade, instantaneidade, permanência e peso na repercussão sobre a

economia da periferia. Por exemplo, as breves retomadas de crescimento de países desenvolvidos atraem, drenam e monopolizam os recursos para investimentos em detrimento das necessidades de liquidez nas regiões periféricas.

Ou, de outro lado, a elevação de juros em Wall Street, inverte a direção dos fluxos de capitais, drenando os recursos das nações periféricas, como ocorreu com o México. Os mercados "emergem" na medida em que asseguram altas taxas de juros e de rentabilidade ao *smart money*. Prevaecem os investimentos de *portfólio*. Uma diferença de 10 segundos possibilitou o ganho de US\$ 600 milhões em uma aplicação de um dia nos mercados emergentes (MORAES, 1995, p. 2).

A crise da dívida externa, a inflação crônica e a recessão, ao longo dos anos 80, debilitaram profundamente muitos países do Terceiro Mundo. Agora, nos anos 90, o capital especulativo e rapace assalta o organismo debilitado, apresenta-se como salvação diante da esperança despedaçada.

Propaga-se o entendimento de que não haveria outro caminho ou outra forma de relacionamento com a economia internacional, a não ser a subordinação absoluta. Não se cogita de uma inserção soberana. Não se pretende um projeto de desenvolvimento nacional. Não se questiona sobre concentração de renda e pobreza. Os principais dignitários do Terceiro Mundo teriam que se esmerar, em palavras e atos, para não sobressaltar o irrequieto e fugidivo capital estrangeiro, sobretudo os recursos de curto prazo.

Múltiplos laços econômicos, tecnológicos, financeiros e culturais estreitam fortemente a interdependência entre as nações. No Terceiro Mundo, as burocracias governamentais, as elites econômicas, setores intelectuais e a imprensa fazem coro a cantar loas à globalização e ao neoliberalismo. As classes dominantes locais culminam seu projeto de sócios minoritários do imperialismo em nova versão.

Contudo, na ótica das forças populares, o problema coloca-se de outra forma. A história econômica mostra que foi fundamental a intervenção do Estado, apesar das deformações autoritárias e elitistas, para que países como Brasil, Argentina, México, Índia, Coreia do Sul etc. conseguissem um patamar de industrialização média. Portanto, a periferia, sem negar o mercado, não pode prescindir do Estado e do

planejamento para construir o desenvolvimento. As forças neoliberais combatem o papel econômico do Estado, mas não têm alternativa, a não ser a liberdade absoluta de mercado. Esses países não podem anular seus esforços e políticas, ficando inermes e vulneráveis, por exemplo, diante de algum episódio como uma fuga de capitais, em decorrência de acontecimentos na Bolsa de Valores de Nova York.

Assim, o esforço deve ser direcionado para a reconstrução do Estado, reformando-o, sob a vigência de ampla democracia, tornando possível conciliar competitividade econômica e inserção internacional com o enfrentamento do pauperismo e a conquista de melhores condições de vida para a maioria da população.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS

O dinheiro é definido na teoria marxista como o equivalente geral das demais mercadorias. A mercadoria não é capaz de expressar o seu valor em seu próprio corpo natural; quem cumpre este papel é o dinheiro. A natureza do dinheiro é definida pela forma-valor geral das mercadorias, com expressão autônoma. Preservando essa natureza, o próprio desenvolvimento do capitalismo, ao longo do tempo, engendrou o processo de adaptação nas funções e formas do dinheiro.

Contemporaneamente, concretizam-se as funções de unidade de conta, instrumento de entesouramento, meio de troca e de pagamento e dinheiro mundial. Predominam as diversas formas de dinheiro de crédito e as formas diretamente determinadas nos círculos rentistas com as inovações financeiras dos anos 90.

Ao invés de simples meio de troca, o dinheiro hoje funciona principalmente como capital monetário. No passado, o dinheiro como ouro, e no presente, o dinheiro como título creditício, constata-se: 1) a permanência da centralização e coerção do dinheiro tomado como referência de unidade de conta; e 2) a permanência do dinheiro concentrado nas mãos de financistas, como descreve Brunhoff (1992, p.64). O dinheiro de crédito não tem valor intrínseco. O dinheiro, tendo o ouro ou o papel como suporte material, assume a forma pura e autonomizada de valor.

Rudolph Hilferding (1988) conceituou o capital financeiro como a combinação entre capital bancário e capital industrial, com a prevalência do primeiro. Entretanto, V. Lênin (1980), em seguida, acrescentava que o capital financeiro expressava a concentração da produção, na forma de monopólios, além da fusão de capital entre bancos e indústria. Esse autor russo também observava que o capital financeiro tendia para um caráter rentista e parasitário.

Para Lênin, essa evolução financeira tinha uma correspondência em termos de dominação nacional. O capital financeiro era uma característica da nova etapa

monopolista do capitalismo. Ele afirmava: "O imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro" (1980, p. 650).

A autonomização do capital financeiro se reveste de condições e características que ultrapassam o âmbito do crédito industrial. Braga e Mazzuchelli argumentam o seguinte:

Trata-se de um verdadeiro capital monetarizado, cuja valorização é fictícia apenas no sentido de que é regulada à margem e divergentemente do capital industrial, mas que realmente implica em acumulação de capital-dinheiro, num momento culminante de fetichismo (1981, p. 61).

As necessidades técnicas e funcionais da relação entre o capital industrial e o capital comercial, os diferimentos de pagamentos e a expansão produtiva reclamaram o crédito bancário, com o capital emprestável e portador de juros. Posteriormente, o dinheiro de crédito generaliza-se. E, com as novas transformações, hoje, nos anos 90, a esmagadora maioria do capital monetário não se limita ao crédito. Agora, o capital monetário evolui para seu próprio movimento especulativo e rentista.

A flutuação das taxas de juros, de câmbio e de inflação e as próprias apostas especulativas formam um circuito autônomo de direcionamento e determinação nos mercados financeiros. Os passados mecanismos de seguros, por exemplo, contra riscos cambiais foram substituídos, nos anos 90, por apostas especulativas com derivativos, dentro de um quadro em que as inovações financeiras são regidas tão-somente pelo rentismo e parasitismo. É a ciranda financeira mundial.

O movimento do capital financeiro contemporâneo resulta em acumulação de capital-dinheiro, mas acumula-se uma riqueza ilusória. Se todas as dívidas nos mercados financeiros fossem cobradas, não haveria correspondência material para a devida compensação e liquidação. Paradoxalmente, persiste -apesar da confusão reinante entre realidade e ilusão, apesar da inversão de causa e efeito-, o fato essencial de que os rendimentos do capital financeiro são originados da mais-valia. Mantém-se a atualidade da análise no que se refere ao fundamento do modo de produção capitalista: a reprodução do capital exige a exploração dos trabalhadores.

A necessidade de acumulação máxima requer ao capitalismo, de um lado, concentração de capital, e, de outro lado, dominação e trânsito global do capital financeiro. O neoliberalismo, na atualidade, conseguiu a recuperação dos lucros nos países centrais, mas não houve crescimento dos investimentos na produção. Hoje, o capital financeiro tem seu significado exacerbado nos termos da chamada globalização.

2.1 *FRACO RITMO PRODUTIVO*

Sai de cena o líder industrial Henry Ford, agora os holofotes realçam o brilho do mega-especulador Geoge Soros. Contraditoriamente, a esfera financeira se autonomiza da esfera produtiva. Mas são os condicionamentos do movimento da reprodução global do capital que repercutem em termos de dimensões do capital financeiro. É evidente que o capitalismo não consegue romper a crescente barreira do crescimento econômico ínfimo. Desde os anos 70 que crescem a produtividade e os lucros, contudo a produção mantém-se em níveis medíocres. Daí, a circulação de bilhões de dólares na especulação financeira; esse dinheiro não tem onde “pousar”, não há produção. A especulação sobre taxa de juros e câmbio impacta a destinação de recursos para o investimento na economia. A instabilidade dos juros e do câmbio também instabilizam o consumo, as exportações e as importações, afetando, assim, a demanda agregada. A valorização fictícia do capital atinge níveis gigantescos, realimentando ameaças de bloqueios aos investimentos produtivos.

A nova feição do capitalismo não permite que se conclua que as contradições econômicas estruturais estão secundarizadas diante das contradições sociais. Argumenta-se limitadamente que desemprego, pobreza, violência e desesperança seriam os problemas sociais desafiadores do capitalismo.

Mas não é correto colocar uma muralha da China entre questões estruturais e sociais. São problemas interrelacionados no interior do sistema capitalista. Por exemplo, desemprego e pobreza, em novo agravamento e ampliação, são cada vez mais

problemas estruturais -sociais e econômicos- do capitalismo. O longo ciclo recessivo desde os anos 70 revela dificuldades gerais importantes nos países desenvolvidos. De outro lado, o atraso estrutural do Sul continua sendo um problema sem solução.

Além disso, nos dias que correm, a própria obsessão monetarista e seu pânico anti-inflacionário, na prática, conspira contra o crescimento da economia. Predomina a tendência recessiva. O combate à inflação no Terceiro Mundo trava o ritmo das atividades econômicas. O Tratado de Maastricht, na União Européia, impõe políticas monetária e fiscal contracionistas, provocando recessão em vários países. O que poderia ser o motor do crescimento? Exportar e exportar é um apelo que dependeria da contrapartida em voragem de importações de outros países. A concentração nas exportações somente poderia ter peso determinante em economias com mercados internos relativamente pequenos.

As disposições da Rodada Uruguaí vão implicar na perda de US\$ 8 milhões em exportações por ano para os países mais atrasados da África subsaariana (FERNANDES, 1996, p. 10). Os 70 países menos desenvolvidos (LDCs) representam uma fatia menor do que 0,3% do comércio mundial e hoje têm uma renda per capita menor do que nas décadas de 70 e 80, conforme denúncia de documento das Organizações Não-Governamentais que foi divulgado durante a primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Cingapura, em dezembro de 1996. O economista Robert Wade, da Universidade de Sussex, fez um levantamento de informações, demonstrando que apenas quatro dos 24 países da OCDE (Organização para a a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) reduziram suas barreiras comerciais durante os anos 80. Ademais, a principalidade da política anti-inflacionária também nos países centrais afeta o comércio internacional.

2.2 GLOBALIZAÇÃO

A globalização não é um ente autônomo e natural. São as medidas políticas e econômicas do G-7¹, bancos, empresas transnacionais etc que engendram o fenômeno da globalização. O modo de produção capitalista tende à expansão e internacionalização. Não há, evidentemente, uniformização econômica e financeira. Regiões inteiras, como a África subsaariana, não têm vez na economia globalizada. Diferentemente do passado, a Europa, hoje, levanta muros para barrar os trabalhadores imigrantes, pois há crescente globalização financeira, mas não se globaliza o mercado de trabalho.

Com a conclusão da descolonização política, o Terceiro Mundo configurou-se com um grupo de países de média industrialização como Brasil, Argentina, México, Irã, África do Sul, Índia e Coreia do Sul, enquanto a maioria compunha o grupo de nações submetidas ao atraso econômico e social. Agora, a globalização simplesmente não toma conhecimento de alguns países desse último grupo. São os esquecidos. É o inferno na terra. O reordenamento do espaço se processa em prejuízo de alguns países. Uma nova categoria mais realista, quarto mundo, talvez devesse ser imaginada para os países com os piores indicadores econômicos e sociais, como, Honduras, Botsuana, Sri-Lanka, Burkina Faso, Madagascar, Mali etc.

A globalização é assimétrica e excludente. Benefícios não são homogeneizados social e regionalmente. De 1960 a 1990, a participação dos países mais pobres no comércio internacional recuou de 4% para 1% (FERRARI, 1996, p. 10). Alguns globalizam, outros são globalizados. Uns conduzem, outros são conduzidos. Mesmo dentro do mesmo país, as regiões subdesenvolvidas, são privadas de recursos financeiros e produtivos. A lei fundamental do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo manifesta-se brutalmente nas atuais condições.

1. Os sete países considerados mais ricos, potências hegemônicas, compõem o grupo dos sete, a saber: Estados Unidos, Alemanha, Japão, Inglaterra, França, Canadá e Itália.

O relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) conclui que a implantação dos programas de ajuste estrutural nos últimos quinze anos distanciou ainda mais ricos e pobres, resultando que dos US\$ 23 trilhões da riqueza mundial, somente US\$ 5 trilhões são produzidos nos países em desenvolvimento. O Fórum Econômico Mundial divulgou um levantamento em que é indicada a competitividade dos países na economia globalizada. Neste ranking, o Brasil caiu da 37ª colocação, em 1995, para a 48ª posição, em 1996. A Argentina desceu do 29º lugar, em 1995, para a 37ª colocação, em 1996.

A expansão do capitalismo pelo mundo é uma tendência objetiva do sistema, ultrapassando os mercados internos e realizando a centralização e a concentração de capitais em nível superior. A interdependência das economias nacionais continua sendo uma exigência da circulação dos capitais e mercadorias no mundo. O capitalismo impõe o entrelaçamento dos mercados interno e externo, objetivando a elevação da taxa geral de lucro. A exportação de capitais ampliou-se e diversificou-se, envolvendo os financiamentos oficiais, empréstimos bancários, crédito intra-firmas multinacionais, investimentos estrangeiros diretos e expressivos e voláteis capitais de curto prazo. Recorre-se a diferenciadas formas de extração do superlucro do capital financeiro.

O capitalismo monopolista é radicalizado com a fusão das empresas transnacionais. Hoje, estas empresas abrangem funções industriais, comerciais, bancárias e financeiras, contrariando a noção de capital de financiamento como exclusividade de bancos. Os capitais monetários excedentes dos oligopólios são aplicados de diversas formas nos mercados financeiros. Nestes mercados, os bancos e as empresas convivem e interagem com gigantescos fundos de investimento.

A concorrência capitalista, sob a pressão da terceira revolução técnica, impulsiona drasticamente o desenvolvimento das forças produtivas. Nesse processo, acentua-se a concentração econômica. Assim, estabelece-se gigantesca acumulação financeira. Daí, a tendência é a busca exacerbada da valorização fictícia. Aparentemente, realiza-se o fenômeno de dinheiro parir dinheiro. É este o circuito lógico prevalecente no mundo

na atualidade. As leis de movimento do capital, segundo a teoria marxista, são radicalizadas e levadas às últimas conseqüências com a globalização.

A inevitabilidade da globalização é propalada como se não houvesse nenhuma mediação de interesse sociais e nacionais concretos. Todavia, até a OIT (Organização Internacional do Trabalho) contra-argumenta, reafirmando a grande importância real do Estado-nação sobre a atividade econômica (TAYLOR, 1996, p. 11).

A relação entre coisas é tomada como se fôsse relação entre pessoas. A globalização é apresentada como sujeito, com vida própria. Assim, por exemplo, o desemprego seria inexoravelmente causado pelo sujeito globalização. Excluem-se da análise as relações sociais de produção e por conseguinte as próprias classes sociais. Seria a inevitabilidade do triunfo do capitalismo, como modo de produção definitivo e permanente, sem qualquer outra alternativa. Contudo, a globalização e o próprio capitalismo são criações históricas dos homens.

2.3 DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O mundo não está assistindo simplesmente uma substituição da etapa industrial moderna para a etapa pós-moderna de serviços. Esta é uma visão estreitamente economicista. Logo em seguida à segunda guerra mundial, o setor terciário já despontava com expressiva e crescente participação na economia mundial. O crescimento do setor de serviços não é, pois, novidade transcendental e referencial suficiente para servir de fronteira para a chamada e imprecisa pós-modernidade. O Brasil e a Índia, por exemplo, tinham maior participação percentual do setor terciário no PNB, em 1989, do que países desenvolvidos como Holanda, Austrália, Suécia e Áustria, conforme dados do economista Ulrich Menzel (1996, p. 11). Nesta comparação, os pós-modernos seriam o Brasil e a Índia?

O progresso técnico, a automação, os novos métodos de gerenciamento provocaram uma salto na produtividade no âmbito da indústria, poupando mão-de-obra. Além disso, as oportunidades rarefeitas de investimento produtivo também criaram uma

situação de reforçamento progressivo do setor terciário, empregando mais e gerando renda. As profundas mudanças suscitadas pela crescente urbanização provocam imenso crescimento das atividades terciárias. Após a consolidação industrial, as economias maduras encaminham-se para a prevalência das atividades terciárias, destacando, por exemplo, as áreas de tecnologia de informação e telecomunicações, onde é intensivo o uso do conhecimento.

Entretanto, as inovações tecnológicas tendem a promover alterações importantes no setor de serviços, potencializando a ameaça ao emprego. É preciso deixar claro que o grande crescimento, nos últimos dez anos, nos serviços relativos aos diversos mercados financeiros, onde a concentração de capitais é gigantesca, redundou em ínfima geração de empregos.

Não é verdade que há desimportância, no momento, em relação às fontes de matérias-primas. Para negar essa desimportância, basta conferir o fantástico volume de absorção dos mais diversos minerais pelos Estados Unidos, comparativamente ao resto do mundo. Na realidade, pretende-se até mesmo que países como Brasil e Argentina regridam à situação de fornecedores de recursos naturais.

Hoje, o problema das matérias-primas toma novas formas. Atualmente, estão quase esmagadas politicamente as pressões nacionais de alguns países periféricos, anteriormente empenhados na defesa de seus recursos naturais. É nesse contexto que são repisadas certas idéias equivocadas como a quinta-essência da Economia. Assim, o prof. Eduardo Giannetti afirma que na economia globalizada os recursos naturais tornam-se quase descartáveis pela revolução tecnológica (SILVA, 1996, p. 17). Agora, de fato, o controle das matérias-primas é realizado mais facilmente pelas empresas transnacionais. A própria fragmentação de certas cadeias produtivas não exige mais crescente fluxo de matérias-primas com registro no comércio internacional. Os bens substitutos e os novos materiais também impactam o comércio de matérias-primas.

É muito fantasiosa a concepção de que a chamada desindustrialização no Norte culminaria em um quadro de exclusividade do setor terciário nas economias centrais e concentração da indústria no Leste e Sul da Ásia. Isto é um exagero. Não tem sentido

a dicotomia esquemática e simplista de que os países desenvolvidos concentrariam a produção dos conhecimentos, sem condições de realizar sua aplicação, porque esta função caberia exclusivamente às novas nações industrializadas. Não é verdade que o capitalismo se desloca para a *emergente* Ásia Oriental, em detrimento do eurocentrismo, do centralismo americano e da própria relevante especificidade nipônica (considere-se que o Japão é, de certa forma, indissociável desse processo econômico emergente na Ásia). A revista *Bussines Week* publicou uma reportagem intitulada *Os tigres asiáticos na encruzilhada*, onde constata a fadiga do modelo industrial dos últimos 20 anos no Leste da Ásia, apontando estagnação, queda nas exportações, baixa nas bolsas, insuficiência de preparo dos administradores e trabalhadores para novas exigências de conhecimento na economia etc.

Vejamos o caso do setor primário. Há muito a agricultura, por exemplo, perdeu peso na participação na renda e na ocupação da mão-de-obra, entretanto os Estados Unidos continuam como o maior produtor de grãos do mundo. Não houve nem poderia haver algo como “desagriculturização”. Essa radicalidade muito menos pode acontecer com a indústria americana, para ceder lugar a produção industrial a alguns Tigres Asiáticos. Vale lembrar que tanto os Estados Unidos como a União Européia têm criado muitos embaraços à liberdade do comércio internacional de produtos agrícolas, como ficou manifestado na Rodada Uruguai.

Apesar dos decréscimos relativos, o Norte preserva sua forte base produtiva, sobretudo nos setores de tecnologia de ponta e de maior valor agregado. Especialmente nesses tempos neoliberais, a perifeira converge para uma forma de especialização, onde sobressai o menor conteúdo tecnológico e a subordinação acentuada às estratégias da empresa transnacional ou global. Isto não é contraditório com o avanço tecnológico e produtivo de alguns países como a Coreia do Sul. A deslocalização industrial impulsionada pelas empresas transnacionais, pela disputa de mercados, pelo acesso a matérias-primas, pela baixa remuneração da mão-de-obra, por problemas ambientais etc foi um processo efetivo na segunda metade do século XX. Sem negar absolutamente os precedentes fatores da deslocalização, agora, com a globalização, com a queda de barreiras protecionistas nos países periféricos, com as inovações tecnológicas e a nova concorrência internacional, a deslocalização

industrial é fortemente impactada e modificada. Por exemplo, uma das novas formas da produção, a depender do ramo industrial, pode ser o produto mundial, como é o caso do carro, com componentes fabricados em diversas partes do mundo.

O mais provável é a desindustrialização, em seus efeitos mais perversos, concretizando-se em alguns setores industriais de certos países da América Latina, do Leste Europeu, do sul da Ásia e do Oriente Médio. Há quebra de partes do aparato industrial em economias latino-americanas. A presente superacumulação mundial cria um quadro em que os interesses dos EUA, Japão e Alemanha se erguem para desviar a industrialização dos países subdesenvolvidos, evitando concorrências exportadoras e prevenindo o agravamento das dificuldades do investimento produtivo nos países desenvolvidos. Há uma reconcentração de investimentos das empresas transnacionais nas suas matrizes, em seus países de origem, conforme nota João Manuel Cardoso de Mello (1995, p.60).

Os atuais parcos fluxos de empréstimos bilaterais e multilaterais para o setor público na América Latina destinam-se a saneamento e infra-estrutura social, quase ignorando infra-estrutura econômica. As limitações na educação, na qualificação da mão-de-obra, nas condições dos transportes e comunicações, nas externalidades e nos fatores de agregação econômica também pressionam pela manutenção do atraso dos países periféricos, complicando sua inserção na economia internacional.

A visão acrítica e entusiasta da globalização tem sua fundamentação na teoria neoclássica. A economia alcançaria equilíbrio e eficiência a partir da liberdade de mercado, mobilidade dos chamados fatores de produção, natural e espontânea alocação dos recursos, livre-cambismo e primado das vantagens comparativas das nações, no quadro de recusa da intervenção do Estado.

O neoliberalismo vigente é a expressão da dominação da oligarquia financeira. O Estado cede sua soberania ao mercado. Ao capital financeiro interessa obter rentabilidade, liquidez e menor risco, à revelia de questionamentos sobre desenvolvimento econômico-social. Porém, sobretudo em países subdesenvolvidos e na implantação de setores de maior densidade tecnológica, o capital produtivo precisa

de formas provisórias e adequadas de proteção, diante da concorrência externa predatória.

2.4 *NOVO CONTEXTO DO IMPERIALISMO*

A identificação da globalização como algo diverso do conceito de imperialismo não se justifica. Argumenta-se que não há mais imperialismo porque o capitalismo já não carece de colônias. Essa é uma argumentação precária. O imperialismo é algo mais amplo, abarcando variados aspectos econômicos, políticos e culturais. Mesmo países periféricos com industrialização média são, na atualidade, objeto de dominação por parte das potências imperialistas. Lênin já afirmava que a característica do imperialismo não é o capital industrial, mas o capital financeiro. Da concentração da produção e dos bancos surge o monopólio. Prevalece a exportação de capitais. A economia financeirizada tende ao parasitismo e decomposição. As crises são mais agudas. Agravam-se todas as contradições sociais. Politicamente, o imperialismo extravasa violência reacionária, dominação e opressão nacional.

O que se pode concluir é que uma faceta da globalização é a radicalização do imperialismo. Genericamente, o capitalismo permanece sob sua característica imperialista. É sua característica histórica geral. A globalização financeira é o prosseguimento da anterior internacionalização, capitaneada pelas grandes potências, como demonstra o fato de que a Inglaterra realizou a exportação líquida de capitais referentes ao nível de 5% do seu PIB, em prolongado período, entre 1880 e 1913.

É óbvio que o imperialismo passa por modificações. Surgem incessantes e complexos fenômenos. Sobressai uma feição nova importante na economia. Surgem novos elementos que reclamam atualização da análise sobre o capitalismo dos nossos dias. Há muito por fazer na investigação teórica. Por exemplo, os derivativos eram inimagináveis no começo deste século. Também, as características da crise mexicana de dezembro de 1994, são inéditas pela magnitude e velocidade da fuga de capitais, quebrando um país, que apenas uma semana antes era comemorado como exemplo glorioso dos programas de ajustamento neoliberal. Agora, consuma-se a dominação financeira.

A política colonial precedente é substituída pelo neocolonialismo. Hoje, projeto nacional é refutado como anacronismo insuportável. Perderam-se as mínimas veleidades nacionais. Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos EUA, pregaram o neoliberalismo, ressaltando os interesses nacionais de seus países. Mas, na América Latina, o neoliberalismo vem acompanhado pela postura antinacional. Apesar do discurso ideológico neoliberal, a média ponderada da relação gasto público/PIB cresceu no G-7 de 36% para 40%, no período de 1978-81 até 1992-95. Nesse mesmo prazo considerado, a carga tributária (receita corrente do governo em relação ao PIB) cresceu no G-7 de 33% para 36%. Estatais européias e japonesas adquirem estatais privatizadas na América Latina.

Do ponto de vista neocolonial, tudo nos países periféricos dependeria das relações com as potências do G-7. O fundamental seria obter o certificado de que aquela nação dependente tem credibilidade internacional. O país deveria inspirar confiança para habilitar-se à dominação econômica. Grandes empresas internacionais têm seus planos de investimentos disputados ferozmente pelas nações do Terceiro Mundo. Finanças, produção e tecnologia são articulados para extrair lucro máximo no Terceiro Mundo. Essa realidade não autoriza ninguém a dizer que acabou o imperialismo. Não há coincidência de interesses entre Wall Street e a África subsaariana.

A insuspeita² declaração de Bresser Pereira é esclarecedora sobre as novas formas do entreguismo do nossos dias:

A política do confidence building (...) consiste em adotar todas as recomendações vindas de Washington e de Nova York -ou seja, do governo norte-americano e dos bancos internacionais- para lograr maior confiança dos investidores internacionais, ainda que à custa dos interesses nacionais, e em substituição de um equilíbrio macroeconômico real (1995, p.3).

2. A opinião de Bresser Pereira é insuspeita porque, como se sabe, ele é ministro do atual governo brasileiro, que adota uma orientação geral econômica com muitas semelhanças com a política econômica do governo do México. Bresser emitiu a opinião citada em um artigo, criticando o entreguismo mexicano.

Ao invés da globalização cooperativa, os mega-blocos rivalizam na disputa na economia internacional. Buscam preservar mercados regionais. Os Estados Unidos lideram o NAFTA, a Alemanha encabeça a União Européia e o Japão coloca-se à testa do informal bloco asiático. Assim, as potências imperialistas, com formas adaptadas, prosseguem pontificando no cenário econômico mundial. Evidentemente, essas potências não aplicam o próprio receituário neoliberal, em sua radicalidade, como elas recomendam para os países do Terceiro Mundo.

As empresas transnacionais com sede, em geral, nos países desenvolvidos têm seu planejamento privado e adotam suas decisões de investimentos, cuidando de seus interesses estratégicos, à revelia das opiniões dos governos dos países do Terceiro Mundo. Governos, economias e sociedades da periferia são meros instrumentos para os planos das empresas conglomeradas transnacionais. Essas empresas concentram seus esforços de pesquisa e desenvolvimento em suas matrizes, nos países centrais.

A violência imperialista foi cabalmente demonstrada pela asséptica, televisiva e computadorizada guerra que resultou em *mais de cem mil iraquianos assassinados*. O controle da estratégica área petrolífera do Oriente Médio mobilizou a coalizão militar dos países desenvolvidos, sob o comando norte-americano.

Agora mesmo, em setembro de 1996, o presidente Bill Clinton, em função direta de sua propaganda como candidato à reeleição na disputa presidencial norte-americana, ordenou novos e criminosos bombardeios ao Iraque. Na superpotência do Norte, rende votos a demonstração militar agressiva.

A democracia é desestabilizada em função da avassaladora exclusão social no Terceiro Mundo. Recorrendo a instrumentos aparentemente pacíficos, legais e normais, em diversos países, a implantação dos programas de ajuste estrutural vai transformando a democracia em uma caricatura, onde se destacam reformas eleitorais e partidárias restritivas. Concretiza-se o aspecto político da reforma neoliberal, cerceando a liberdade partidária, impondo o voto distrital, absolutizando a interferência do poder econômico e manipulando os meios de comunicação de massa. A liberdade sindical e o direito de greve são atropelados nos marcos do neoliberalismo. As liberdades são restringidas e deturpadas para evitar a denúncia das

mazelas sociais em agravamento. A atividade política institucional e a representação parlamentar são ainda mais elitizadas, excluindo as camadas populares.

Já não sobraram resquícios burgueses com orientação nacionalista. A burguesia, em bloco, nos países periféricos, aderiu à onda globalizada e neoliberal. Há muito tempo, a sobrevivência econômica da burguesia no Terceiro Mundo depende dos rumos dos diversos negócios capitaneados pelo capital estrangeiro. Esse quadro se reflete no Estado com a maior submissão da diplomacia ao imperialismo e se traduz principalmente no retraimento das funções estatais na economia.

Nas nações imperialistas, neste século, surgiu uma camada operária com benefícios, salários e condições de vida, em nível relativamente elevado. Tratava-se da chamada aristocracia operária. Essa situação era também resultado dos superlucros obtidos nas colônias e países dependentes. Além disso, era incorporada necessariamente a mão-de-obra de imigrantes para trabalhos menos qualificados nos países centrais. Esse quadro acabou.

Hoje, o emprego formal e de qualidade é restrito cada vez mais, até mesmo nos países desenvolvidos. Alastra-se o desemprego e a precarização do mercado de trabalho. São trinta e quatro milhões de desempregados nos países da OCDE. Os imigrantes são barrados nos Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra etc. Mesmo alguns daqueles outrora sindicatos domesticados pelos interesses da aristocracia operária -o sindicalismo amarelo- hoje são forçados a certo engajamento na luta efetiva, diante da brutalidade antitrabalhista do neoliberalismo. Desse ponto-de-vista, estreitou-se a margem de manobra do capitalismo no envolvimento ideológico dos trabalhadores.

O chamado toyotismo, onde é aplicado, em suas diversas versões pelo mundo, tem reduzido o número de trabalhadores. Os trabalhadores, que se mantêm no emprego, são obrigados ao trabalho polivalente, qualificado e intensificado. Alguns minoritários segmentos dessa mão-de-obra obtêm direitos sociais e trabalhistas elevados relativamente.

As crises? A volatilidade do capital financeiro globalizado resulta em insegurança econômica globalizada (mais ameaças, é verdade, para os países periféricos). A instabilidade sistêmica do capitalismo é centuplicada em função da hipertrofia dos

mercados financeiros, os quais inutilizaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). O FMI, por exemplo, não dispõe de fundos suficientes para empréstimos aos países nas novas e gigantescas crises monetárias que possam surgir.

O que faria o FMI se o efeito tequila tivesse colocado em colapso o Brasil e a Argentina? Incansavelmente, as autoridades brasileiras seguem matraqueando: “O Brasil não é o México, o Brasil não é o México”. Notícia recente mostrava que um colapso financeiro como o mexicano poderia agora golpear algum dos seguintes países “emergentes” asiáticos: Coreia do Sul, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. Entre outros problemas, destacava-se que nesses países era significativo o desequilíbrio entre as dívidas de curto prazo e as reservas em moedas estrangeiras (ÁSIA, 1996, p.7).

3 CRESCIMENTO E PERIGOS DOS MERCADOS FINANCEIROS

3.1 PADRÕES MONETÁRIOS E INSTABILIDADE CAMBIAL

O padrão-ouro prevaleceu entre o século XIX e a primeira Guerra Mundial. Ouro e prata eram as referências para o câmbio das moedas. O déficit no balanço de pagamentos implicava em transferência de ouro ao exterior. Como a moeda nacional era lastreada no ouro, tal transferência significava redução do suprimento monetário no país. Assim, o nível de atividade, renda e emprego eram afetados.

O padrão câmbio-ouro (gold exchange standard) foi estabelecido na Conferência de Genebra, em 1922, e prevaleceu, com as mudanças de Bretton Woods, até 1971. Uma moeda (dólar) ou algumas moedas (dólar, libra esterlina) são conversíveis ao ouro. Os Estados Unidos, na Conferência de B. Woods, em 1944, impõem, na prática, o dólar como moeda-padrão nas transações internacionais.

Desde os anos 60, manifesta-se a crise do dólar. A partir de 15 de agosto de 1971, o dólar deixa de ser lastreado em ouro, conforme decisão de inconvertibilidade do governo Nixon. A quantidade de dólares no mundo era maior do que a reserva de ouro nos Estados Unidos. Assim, uma declaração formal da Casa Branca explicita politicamente a crise do sistema monetário internacional. Sobretudo, após 1973 tem lugar a flutuação cambial. Os Estados Unidos defendem seus privilégios, sendo favorecidos pela cobertura de seus déficits nas contas externas, através da emissão de dólares.³ Entretanto, a persistência crônica de déficits força os Estados Unidos a importar capitais.

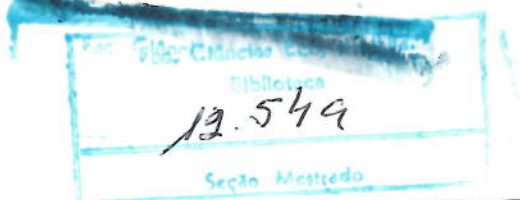
3. Comentário de João Damásio, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, em mesa-redonda, em 14/06/95, promovida pela APUB (Associação dos Professores Universitários). Damásio observava que a quantidade de dólares fora dos Estados Unidos é de cinco a seis vezes maior que a quantidade de dólares em circulação na economia americana.

Os Estados Unidos têm a maior dívida do mundo e, em consequência, o valor do dólar é corroído. Por outro lado, o marco e o iene são moedas estáveis, conversíveis e emitidas por Estados credores e detentores de grandes reservas acumuladas (COUTINHO, 1995, p. 4). Estados Unidos, Alemanha e Japão estão praticamente equiparados no nível de participação, pouco mais de 10%, na oferta de capitais no mundo.

Cabe ressaltar que os Estados Unidos, apesar do seu relativo declínio, ainda detêm a hegemonia econômica e política. Não se consolidou ainda a multipolaridade. A liderança incontestável americana, por exemplo, na guerra imperialista contra o Iraque demonstra que o mundo é, essencialmente, unipolar ainda. A instável unipolaridade política e militar norte-americana substituiu a passada configuração bipolar no mundo. Tal situação -apesar das crises e dívidas americanas e do crescente papel econômico do Japão e da Alemanha-, é que respalda a afirmação de Galbraith de que “o dólar continuará a ser uma referência por muito tempo” (1995, p.18).

Entretanto, a ruptura e a extinção do sistema de Bretton Woods são um fato patente, indiscutível. O FMI, com 50 anos de existência, perde seu papel original de assegurar o ajuste do balanço de pagamentos e a liquidez internacional. Na sua constituição, o FMI teve assinalado o compromisso de contribuir para a obtenção do pleno emprego. É um compromisso que ficou esquecido no passado. Desde os anos 70, já não há uma superpotência com liderança absoluta inigualável, aboliram-se as paridades fixas, findou-se a ancoragem do dólar ao ouro. Surgiu um problema novo: instabilidade sistêmica dos gigantescos mercados financeiros, sob os parâmetros da flutuação cambial e de livre mobilidade dos capitais. Comparativamente ao comércio internacional, os voláteis capitais de curto prazo impactam progressivamente o balanço de pagamentos. Os mercados privados superaram exponencialmente o FMI na criação de liquidez internacional. As reservas privadas de moeda são maiores do que as governamentais e públicas.

O padrão-ouro, o padrão câmbio-ouro e o padrão-dólar constituíram, historicamente, sistemas de paridade fixa. A flutuação cambial se impôs e se consolidou nas condições de elevada mobilidade do capital. Neste último quarto de século, prevalece a flutuação no mercado de câmbio, sem acordo, em geral, entre os Estados. Contudo,



as diversas moedas ainda são referenciadas no dólar ou em algumas moedas como o marco e o iene. O dólar, em crise e sem substituição, continua sendo aceito como principal moeda de reserva internacional. A experiência comprovada de volatilidade e especulação financeira em combinação com negativas consequências produtivas, negou a presunção de que as taxas flutuantes do câmbio conduziriam os mercados privados à definição ótima e benéfica do regime cambial. Peter B. Kenen (1995, p.226), membro da Comissão Bretton Woods, propõe que seja adotada a política de realinhamentos cambiais mínimos e frequentes e um esquema de bandas amplas. Entretanto, a volatilidade de capitais permite pressões especulativas em oposição a realinhamentos da taxa de câmbio. A chamada globalização financeira favorece a instabilidade dos diferentes regimes cambiais.

O objetivo de constituição futura da União Econômica e Monetária (UEM) teve suas disposições previstas e formalizadas no Tratado de Maastricht, assinado em fevereiro de 1992, fixando-se metas e etapas. A política monetária alemã é acompanhada pelos demais países, na prática. Mantém-se o Sistema Monetário Europeu (SME) neste período de transição até a adoção do ECU como moeda única da Comunidade Europeia, em torno do ano 2000. A moeda única consagraria a necessidade e o desejo de perfeita estabilidade cambial no interior desse mercado, enfim efetivamente único na Europa, possibilitando benefícios com a suposta eficiente alocação de recursos.

Entretanto, as importantes discrepâncias entre os países-membros em relação aos índices de convergência relativos às finanças públicas, taxa de inflação e taxa de juros, além dos problemas de crescimento e estrutura da economia real, colocam significativas dificuldades para se chegar à meta da moeda única. A União Europeia tem 10,8% de taxa de desemprego de sua população ativa. No próprio processo de transição, mantém-se objetivamente o esforço de cada país para obter seus benefícios estratégicos específicos, independentemente do conjunto supranacional.

A volatilidade financeira propiciou as condições para os ataques especulativos no Sistema Monetário Europeu (SME), em fins de 1992 e em 1993, com fuga de capitais e queda de reservas na Inglaterra e na Itália, pressões sobre o franco etc. Os bancos centrais da Inglaterra, Suécia e Portugal promoveram a elevação das taxas de juros, contudo não lograram êxito na tentativa de impedir o ataque contra suas respectivas

moedas nacionais. O fato é que os acordos de crédito, entre os países, não foram suficientes para controlar essa crise no SME. Não houve uma intervenção do Bundesbank, a tempo e à altura, concretizando os empréstimos necessários aos países em dificuldades. Alguns indagariam sobre a repercussão, na União Européia, de fatores políticos como a guerra ocorrida na ex-Iugoslávia e a própria evolução do Leste europeu. Outros lembrariam da cláusula de isenção (opting out), que a Inglaterra poderá recorrer para não aderir à moeda única. Variadas conseqüências econômicas ainda compõem o rescaldo da reunificação alemã.

Moeda única não só na Europa! O professor Antonio Carlos Porto Gonçalves exagera no otimismo liberal, prognosticando a irreversibilidade da unificação monetária mundial⁴. Ai sim, a inexistência de taxas de câmbio suprimiria a indesejável instabilidade monetária que perturba a perfeita mobilidade dos capitais. A repercussão das diferentes taxas nacionais de inflação seria uma página virada. Uma moeda única mundial, ao invés de tentativas de coordenação de políticas monetárias e cambiais nacionais.

Para realizar esse sonho caberia providenciar o aviso a alguns diretamente interessados no assunto, como os Estados Unidos, os monopólios e oligopólios etc. Por exemplo, os Estados Unidos abririam mão da condição do dólar como moeda internacional? É bom lembrar que o secretário do Tesouro americano declarou, durante a crise do dólar em 1995, que tal crise era uma ameaça à soberania norte-americana.

Na atual etapa monopolista, nas circunstâncias da ordem imperialista, há uma rede de tensões e contradições, próprias do capitalismo, impactando as relações monetárias e financeiras internacionais, predominando a incerteza e as imperfeições dos mercados. São inevitáveis as crises periódicas nas presentes condições monetárias internacionais. A livre circulação de capitais, os regimes cambiais fixos e a autonomia monetária nacional são, em conjunto, incompatíveis e inconsistentes.

4. O professor Antonio Carlos Porto Gonçalves argumentou sobre a moeda única mundial, em um debate sobre globalização financeira, durante o XI Congresso Brasileiro de Economistas, em Salvador, em novembro de 1995.

“[A reforma do sistema monetário internacional] não tomará a forma de uma só moeda para o G-7 e muito menos para o mundo inteiro”, observam Eichengreen, Tobin e Wyplosz (1995, p. 339). O programa máximo dos países imperialistas no que diz respeito à questão monetária limita-se à tentativa de redução da instabilidade cambial. Além disso, o G-7 sempre toma decisões sobre problemas cambiais e financeiros, atendendo seus próprios interesses, em detrimento dos países do Terceiro Mundo.

Alguns países periféricos, sob forte processo inflacionário, inclusive na América Latina, buscaram credibilidade e estabilidade monetária, através da política cambial de vinculação da moeda nacional ao dólar, sacrificando-se, na prática, a sua soberania monetária. Nessas condições, a adoção de câmbio fixo ou de bandas estreitas dificultam a ação dos bancos centrais. Mantém-se o livre fluxo de capitais e institucionaliza-se, na prática, a submissão à liderança do país-âncora. O desequilíbrio do dólar norte-americano induz à instabilidade nas moedas ancoradas.

3.2 DESREGULAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

A regulação cambial e o controle de capitais foram enfraquecidos. A flutuação dos mercados de câmbio favoreceu o crescimento da especulação financeira. O crescente câmbio escritural operado pelos contratos dos bancos não tem segurança de correspondência entre compra e venda nas transações monetárias contínuas no mundo. As expectativas da cotação à vista e à prazo e as diferenças momentâneas de taxas de câmbio entre praças financeiras alavancam o mercado cambial. Grandes massas de divisas são transferidas internacionalmente diante de expectativas de mudanças cambiais.

O atual ponto-de-vista hegemônico em Economia estabelece que a regulação gerava ineficiência, ampliava os custos, dificultava o acesso às fontes de financiamento, emperrava transações internacionais. A abolição das normas regulamentadoras sobre as comissões em Wall Street, em 1970, e outras medidas de liberalização do sistema

financeiro são efetivadas nos Estados Unidos, no início dos anos setenta. Em 1974, a Alemanha adota decisões no sentido da liberalização financeira. Em seguida, o governo inglês também promove a desregulação das instituições financeiras. Em 1981, deixa de existir a imposição formal de reservas nos bancos britânicos. Estes bancos passam a operar com títulos, progressivamente. A desregulação na França levou a um processo em direção de um modelo institucional dos bancos, caminhando para o tipo universal e integrado de banco. Nos anos 90, os países do Terceiro Mundo suprimem controles legais sobre movimentos de capitais, inclusive os de curto prazo.

A direção geral e comum é a liberalização, mas é claro que as formas, extensão e profundidade dessa liberalização modificam-se de país para país. O quadro institucional em cada país passa por um processo de adaptação complexa (e assimétrica) diante da globalização financeira.

O atual governo japonês propõe-se a encaminhar reformas financeiras, denominadas big bang, até o ano 2001. A drástica liberalização do mercado financeiro eliminaria controles do governo e poria fim na compartimentação das diversas áreas desse mercado. Será livre a atuação em qualquer setor entre bancos, companhias de seguro e corretoras de título. Serão revogados os controles sobre as comissões na negociação de ações e sobre os prêmios de seguro. Não serão restringidos os negócios relativos à administração de ativos (REFORMA, 1996, p. 11).

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) propõe as seguintes reformas financeiras aos países da América Latina e Caribe (TACHINARDI, 1996, p. 5) : liberalização das taxas de depósito e de empréstimos, redução dos requisitos para as reservas na forma de depósitos correntes locais e em moeda estrangeira, redução dos programas de crédito com empréstimo seletivo a taxas de juros subsidiadas, privatização ou liquidação de bancos públicos, maior independência dos bancos centrais, regulação legal para os novos mercados de capitais, novas normas para os bancos e melhor supervisão bancária.

Bahamas, Suíça, Ilhas Channel, Luxemburgo, Ilha de Man, Ilha de Madeira e Liechtenstein são paraísos fiscais, destino dos capitais originários de evasão de economias nacionais para escapar de regulação e controles. São locais de refúgio de

empresas fantasmas, sonegação (pomposamente chamada de planejamento tributário internacional) e negócios ilegais (lavagem de dinheiro do narcotráfico, por exemplo).

As ilhas Cayman, importante plataforma off-shore, detêm o quinto maior volume de depósitos no mundo. Das instituições financeiras brasileiras que mantêm agências, escritórios de representação ou participação acionária em outras instituições estrangeiras, há 41% com presença no Caribe, sobretudo nas ilhas Cayman onde existem 25 agências de bancos brasileiros. Estranhamente, os bancos brasileiros no exterior, exceto o Banco do Brasil, obtiveram 28,7% dos seus lucros, no primeiro semestre de 1996, nessas agências fora do País, que somente possuem 12% dos ativos dos referidos bancos.

Os diversos países tomaram medidas de liberalização, suprimindo controles cambiais e impostos. Porém, o capital financeiro quer ampliar sua liberdade total para o conjunto do planeta, apesar de desfrutar presentemente de ampla desregulação em todos os lugares. Quer abolir regras e controles, não aceita embaraços ou registros nos movimentos de entrada e saída de qualquer país. Pretende irrestrita mobilidade. "O problema consiste em que, com demasiada frequência, essa mobilidade, que é positiva, se converte em volatilidade, que é altamente prejudicial", constata o Editorial da revista *Pensamiento Iberoamericano* (1995).

Na prática, os bancos centrais perdem poderes sobre a gestão monetária em benefício das instituições financeiras privadas. Assim, entidades privadas criam dinheiro, interferem na taxa de juros e manipulam o câmbio. A própria natureza contraditória do dinheiro dificulta o controle das autoridades monetárias. O sistema bancário privado internacional limita o alcance das decisões e regras das autoridades monetárias. Como nota Brunhoff, a gestão do banco central é condicionada pela gestão dos bancos privados (1978, p.168). As inovações financeiras impactam a circulação e dimensão da moeda.

Sobretudo nos países em desenvolvimento, os bancos centrais são enfraquecidos diante dos ataques especulativos à moeda nacional. É íntima e incestuosa a relação entre os círculos financeiros privados e os dirigentes dos bancos centrais e dos órgãos financeiros públicos. No Brasil, os presidentes do Banco Central, ao deixarem o

cargo, assumem automaticamente posições dirigentes em bancos privados. A crescente pressão pela independência dos bancos centrais se dá no sentido de que essas instituições tornem-se mais ainda dependentes da oligarquia financeira internacional.

A evolução dos bancos registra atualmente um estágio com mudanças que destacam a administração do passivo, expansão dos ativos e acirramento da concorrência. Sobre o custo de remuneração dos depósitos. A solvência precede a questão da liquidez. O grande crescimento da capacidade de empréstimo dos bancos relaciona-se com a origem de pressões inflacionárias (CHICK, 1994, p. 9-23).

A função dos bancos não se limita à intermediação financeira. Há um circuito privado de crédito com os bancos operando novas modalidades de negócios com o dinheiro, administrando um sistema de dívidas e fazendo corretagem de fundos mútuos. A função clássica de canalização da poupança para investimentos foi secundarizada no atual sistema financeiro. Diante da queda da rentabilidade bancária tradicional, a direção agora é o crescimento das operações de natureza especulativa e de arbitragem. Busca-se o lucro rápido.

Há, no exterior, 67 agências bancárias brasileiras. No Brasil, há 24 bancos estrangeiros instalados. Cerca de 10% (36 bilhões de dólares) dos ativos bancários do país estão nessas instituições estrangeiras. Têm patrimônio líquido de 3,2 bilhões de dólares e obtiveram lucro líquido de 348 milhões de dólares, em 1995. Bancos estrangeiros estão participando da aquisição de bancos oficiais brasileiros, no âmbito do programa de desestatização. Os bancos de investimento brasileiros, que têm intermediado captação de recursos externos para empresas, possuem limitado tamanho médio e por isso podem ser atropelados pelos grandes bancos internacionais, no contexto da globalização.

Mas nos Estados Unidos persistem muitas barreiras a investimentos e serviços financeiros. Quatro bancos brasileiros, com o apoio da Embaixada brasileira e do Banco Central do Brasil, tentam, sem sucesso, instalar-se nos Estados Unidos. O Federal Reserve (FED) e o Office of Control of Currency (OCC) não concedem a autorização, com base no "Implementation of the Foreign Bank Supervision

Enhancement Act⁷⁷. Esta lei, promulgada em 1991, permite na prática a atitude discriminatória das autoridades monetárias e financeiras norte-americanas, pretextando questões de fiscalização bancária.

O número de bancos e o valor dos ativos são os critérios da teórica reciprocidade por parte dos EUA. Existem 14 agências bancárias brasileiras em território americano, reunindo US\$ 4 bilhões de ativos. Aqui, no Brasil, os bancos norte-americanos dispõem de ativos maiores. Os bancos estrangeiros sofrem restrições geográficas e setoriais nos Estados Unidos. As companhias de seguros são restringidas do ponto-de-vista geográfico e tributário (TACHINARDI, 1996, p. 6).

A liberalização permitiu mudanças na configuração das instituições com o surgimento dos bancos múltiplos e a constituição de conglomerados, convergindo para um sistema financeiro privado internacional em elevado patamar de integração e concentração. Há uma tendência de superposição de atividades dos setores bancário e não-bancário. Os empréstimos diretos dos bancos são substituídos por outras formas de financiamento das empresas, inclusive com os bancos funcionando como organizadores da colocação de bônus corporativos.

3.3. *EXPANSÃO DA LIQUIDEZ INTERNACIONAL*

Historicamente, a internacionalização financeira foi intensificada a partir de meados da década de 60, com os mercados não-regulados de eurodólares e a elevação dos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento. Empresas e governos passaram a ter acesso aos mercados financeiros internacionais, sob crescentes condições de mobilidade dos capitais. A dívida norte-americana destaca-se no impulso do crescimento da liquidez internacional. Göran Therborn diz que:

A expansão absolutamente enorme dos mercados financeiros internacionais começou com o déficit público dos Estados Unidos financiando a Guerra do Vietnã (70: p. 45).

Essa liquidez é reforçada pelos depósitos e reciclagem dos petrodólares nos anos setenta, em função da receita com o aumento de preços de petróleo, em 1973 e em 1979. O movimento expansionista de crédito bancário cresceu à taxa de 24% ao ano, conforme Maria da Conceição Tavares (1983, p. 20). Os anos 80 testemunharam uma explosão dos mercados financeiros. A liberalização e desregulamentação, as inovações financeiras (derivativos e outros títulos) e a ação dos novos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos de investimentos) beneficiaram a multiplicação da liquidez e a promoção de concorrência e globalização financeira.

No cenário dos anos noventa, a internacionalização financeira é reafirmada e renovada. Assim, todos os mercados de moedas, ações e títulos têm uma dimensão dezenove vezes maior do que todo o comércio mundial de mercadorias e serviços. Em apenas um dia na praça financeira londrina transaciona-se um volume de divisas equiparado ao PIB do México (THERBORN, 1995). A Bolsa de Mercadorias & Futuros, em São Paulo, é a quarta maior do mundo.

Há um trilhão de dólares em atividade especulativa em bolsas de ações e mercadorias, diariamente. Outro trilhão de dólares gira em aplicações em títulos da dívida de países em desenvolvimento (ALCANTARA, 1995, p. 35). Nestes países, a referida dívida chega a 1,9 trilhão de dólares. Ultrapassa a ordem de 13 trilhões de dólares, as dívidas públicas dos países-membros da OCDE. Os Estados Unidos têm a maior dívida pública do mundo: 4,9 trilhões de dólares (CHOSSUDOVSKY, 1995, p. 12-13).

A dominante lógica financeira dos últimos vinte anos resulta em um quadro em que se estima que os mercados financeiros reúnem um volume de US\$ 35 trilhões ou até de US\$ 50 trilhões. Calcula-se o PIB mundial em 25 trilhões de dólares, sendo, assim, necessária a produção de dois anos para compensar a monumental cifra financeira internacional⁵.

5. Informações apresentadas por Sérgio Mendonça, diretor-técnico do Dieese, na mesa-redonda sobre tendências recentes do mercado de trabalho, em 17/10/96, na Faculdade de Economia da UFBA.

A criação da liquidez se processa nos países centrais. Os países com reservas se beneficiam mais da oferta de capitais. É mínima a participação dos países periféricos no condicionamento e determinação da criação da liquidez financeira internacional. Em termos globais, a identidade entre investimento e poupança, como preconiza a tradição neoclássica, não se realiza, considerando-se que é crescente o caráter especulativo de grandes volumes de recursos e que a maior parte desses recursos permanece no interior das economias centrais.

3.4 *ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO*

De 1973 a 1982, no quadro de uma economia a descoberto, concretizou-se a oferta de vultosos fundos, realização de empréstimos aos países em desenvolvimento e ampliação de crédito para o setor privado. A crise recessiva nos países centrais impulsionou a busca de lucros nos países periféricos, através do endividamento. No final dos anos 70 e início dos 80, a ortodoxia monetarista do governo Reagan eleva a taxa de juros real. Consolida-se a fração rentista da burguesia e os Estados Unidos revigoram sua hegemonia no plano internacional.

O choque das altas taxas de juros provocado pelos EUA impactam os países devedores. Assim, instala-se a crise da dívida externa. O México e a Argentina decretam a moratória de suas dívidas externas, em 1982. Em setembro desse ano, ocorre grave crise de liquidez internacional.

As grandes empresas são afetadas pelo endividamento, enquanto os bancos dispõem de ativos incobráveis no começo da década de 80. Havia ameaça de iminente insolvência geral, inclusive atingindo grandes corporações americanas. A longa recessão repercutia no aprofundamento do déficit fiscal dos países desenvolvidos. Cessava a confiança no circuito especulativo de um trilhão de dólares. Assim, as autoridades monetárias da Inglaterra e dos Estados Unidos flexibilizaram sua política monetária, rebaixando relativamente o patamar das taxas de juros.

Os anos 80 não registram fluxos significativos de capitais para os países em desenvolvimento. Esses países foram excluídos do mercado financeiro internacional, o

que resultou em maior agravamento da crise nas suas contas externas. A América Latina debateu-se na inflação e recessão, durante a chamada década perdida. Alguns países africanos foram tragados pela depressão. Ao longo dessa década, o Fundo Monetário Internacional (FMI) insistia na imposição do conservadorismo monetarista como eixo da política econômica dos países devedores. A redução dos gastos públicos, a queda das importações e o desemprego eram alguns traços da recessão. Na prática, os esforços eram concentrados na obtenção de superávits gigantescos na balança comercial. O objetivo era a salvaguarda dos pagamentos da dívida externa.

Os bancos voluntariamente correram a fazer empréstimos nos anos 70, entretanto não se discutiu sua responsabilidade na causa da crise da dívida. Nos anos 80, os limitados recursos obtidos pelos países eram destinados ao pagamento dos juros, no quadro de "rolagem" e reprogramação das dívidas. Paradoxalmente, os países devedores passaram à condição de exportadores de capitais. As amortizações e os juros pagos tornaram-se superiores aos recebimentos de capitais.

A dívida externa deixou de ser tão debatida.⁶ Hoje, os bancos já não correm os mesmos riscos. O FMI impôs renegociações, pagamentos e controles sobre os países endividados. Os credores institucionais, nos anos 90, apresentam-se com fundos em níveis elevados. O grupo dos sete países mais ricos (G-7) mantém normas de tratamento, caso a caso, não aceitando a discussão sobre a co-responsabilidade dos credores e o questionamento da própria legitimidade da dívida. Contudo, a dívida externa não cessa de crescer -hoje, em US\$ 1,9 trilhão- estrangulando a capacidade de financiamento do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

O Brasil pagou de serviço da dívida externa mais de 73 bilhões de dólares de 1990 a 1995, apesar da grande propaganda do governo brasileiro sobre supostos benefícios do acordo do endividamento externo assinado em abril de 1993. Ainda sobre o caso brasileiro, estima-se que o serviço da dívida externa ultrapassará US\$ 25 bilhões, neste ano, 1996, e chegará a US\$ 32 bilhões em 1997.

6. Como se depreende da declaração do Movimento dos Não-Alinhados, a dívida externa segue sendo um problema crucial para os países dependentes.

Prossegue firme a pressão da dívida sobre a América Latina. Os países pagam e já não falam em moratória. Os governos latino-americanos venderam 694 estatais por US\$ 59 bilhões, valor este que é igual ao desembolso desta região para pagar o serviço da dívida externa, apenas no ano de 1994. O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, declarou, na Conferência da FAO, que a dívida externa representa entre 200 e 250% do PIB para cerca de 20 países em desenvolvimento. Atinge US\$ 400 bilhões, a dívida de apenas quatro países (BIRD, 1996, p. 17).

Os empréstimos bancários para a América Latina têm sido escassos, foram retomados em 1990 e cresceram a partir de 1995. São cerca de 281 empréstimos, totalizando US\$ 33,23 bilhões. México, Argentina e Chile lideram a lista dos tomadores. O Brasil tem relativamente pequena participação: US\$ 1,467 bilhão, desde 1990 (BITTENCOURT, 1996, p. 6).

Quadro 1

Serviço da dívida externa (Em US\$ milhões)						
Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Argentina	6.161	5.545	5.003	6.562	6.692	9.569
Bahamas	45	73	79	82	94	84
Barbados	141	140	102	113	94	114
Belize	20	20	20	21	29	33
Bolívia	385	320	310	349	343	382
Brasil	8.134	8.303	8.484	11.111	16.114	21.199
Chile	2.772	2.700	2.693	2.842	2.909	4.093
Colômbia	3.654	3.645	3.763	3.163	3.685	3.431
Costa Rica	501	418	344	552	497	694
Rep. Dominicana	239	270	329	333	504	540
Equador	1.084	1.106	981	920	986	1.234
El Salvador	208	248	233	293	341	260
Guatemala	212	289	517	302	282	282
Guiana	296	102	102	92	99	108
Haiti	33	27	5	5	1	13
Honduras	389	307	377	362	433	438
Jamaica	651	719	711	542	595	642
México	11.316	13.543	20.821	21.147	19.049	20.194
Nicarágua	16	530	106	125	183	278
Panamá	228	250	911	233	312	299
Paraguai	325	258	626	286	259	257
Peru	476	1.132	1.005	2.758	1.057	1.653
Suriname	-	-	-	-	45	41
Trinidade Tobago	453	425	572	620	674	444
Uruguai	987	806	524	586	508	968
Venezuela	4.990	3.322	3.331	3.945	3.691	4.651
América Latina	43.725	44.518	52.149	57.344	59.475	71.900

Fonte: Gazeta Mercantil, 25/11/95.

3.5 *NOVOS INVESTIDORES, NOVOS INSTRUMENTOS*

Os novos investidores institucionais reúnem os mais diversos fundos mútuos de investimento, os fundos de pensão etc. Companhias de seguro e caixas de aposentadoria têm configuração inovada. O sistema de aposentadoria por capitalização provocou o surgimento dos fundos de pensão, os quais administram os capitais poupados, interferindo fortemente na dinâmica financeira internacional.

Em 1990, nos Estados Unidos, os fundos de pensão alcançaram a cifra de US\$ 2,9 trilhões. Em 1995, subiram para US\$ 4,1 trilhões e em 1996 chegaram a US\$ 5 trilhões. Os fundos de investimento norte-americanos administram US\$ 3,93 trilhões (REBOUÇAS, 1996, p. 5). Como se vê, o crescimento desses fundos é acelerado. Os mais importantes fundos mútuos de investimento e fundos de pensão localizam-se nos países desenvolvidos. No mundo, os fundos de pensão, fundos de seguro de vida, fundo mútuos e outros reúnem ativos no total de 14 trilhões de dólares (GRIFFITH-JONES, 1995, p. 46).

No Brasil, os fundos mútuos de investimentos eram responsáveis por US\$ 90,17 bilhões em setembro de 1996. Os fundos de pensão brasileiros têm um patrimônio equivalente a 10% do PIB do país. Mas no Chile, os fundos têm uma participação de 52% do PIB (PLANOS, 1996, p. 3). O principal motivo para o encerramento do sistema de previdência social nos países em desenvolvimento é o desejo de arrecadação de recursos junto à massa trabalhadora para contribuir para a formação da poupança interna do país, possibilitando o crescimento da taxa de investimentos, favorecendo os negócios, embora não se garanta que os interesses dos trabalhadores seriam favorecidos diretamente.

Surgem vários tipos de fundos: de ações, de investimento no exterior, de pensão fechados, de pensão abertos, imobiliários etc. Regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários, CVM, em 1994, os fundos imobiliários no Brasil, já atingiram patrimônio de 332 milhões de dólares em novembro de 1996. Estes fundos organizados no nosso país têm atraído investimentos estrangeiros. Nos Estados Unidos, os fundos imobiliários já estão muito desenvolvidos e negociam 70% de suas cotas em bolsas de valores (BALARIN, 1996, p. 11).

As privatizações de empresas públicas e a implantação de sistemas de aposentadoria por capitalização ampliam a área de negócios dos investidores institucionais. A especulação desses investidores com moeda e títulos públicos representa um potencial de instabilidade dos países do Terceiro Mundo. A partir do final dos anos 80, novos e ávidos financistas encaminharam parte de suas aplicações para os chamados mercados emergentes, aproveitando atrativos diferenciais de taxas de juros e apropriando superganhos.

O mercado de títulos da dívida dos países em desenvolvimento assegurou o elevadíssimo retorno de 36% no ano de 1996 para os fundos mútuos norte-americanos especializados neste setor. Houve uma inundação de *hot-money* nos bônus Brady, buscando ganhos adicionais, com base nos juros maiores. Os Brady têm o principal garantido na data de vencimento (WARNER, 1996, p. 10).

O mercado de futuros tem importância para o comércio de commodities porque viabiliza, a baixos custos, a proteção contra riscos advindos de variação de preços e do câmbio. Entretanto, os contratos de futuros são cada vez mais utilizados com o objetivo de transações especulativas. Futuros, opções, *swaps*, etc se diversificam, são negociáveis crescentemente e têm ampliação do objeto de transação envolvendo desde as *comodities*, passando por variáveis financeiras até os mais variados títulos, inter cruzando valores, prazos, cotações, expectativas de prejuízos e lucros.

A criação dos derivativos possibilitou o investidor tecer simultâneas e complexas apostas, realizando gigantesca alavancagem, dispondo de menor investimento à vista e projetando operações futuras que engendram a multiplicação acelerada dos valores monetários. O valor total das operações com derivativos alcança US\$ 40 trilhões (COUTINHO, 1996, p. 7).

A concorrência e a redução dos custos de informação e operação, no plano microeconômico, têm elevado a capacidade de inovação de instrumentos financeiros e aumentado o nível de riscos. Dada a elevada magnitude dos recursos, há grandes ganhos de escala. Pequenas alterações nos preços dos ativos provocam expressivos e rápidos resultados positivos ou negativos. Em abril de 1994, a multinacional de

produtos de limpeza, Procter & Gamble, revelou prejuízos de 157 milhões de dólares em operações no mercado de derivativos.

A própria velocidade da sofisticação tecnológica dos títulos e contratos de valores dificulta a supervisão e regulação dos riscos. Quando os administradores de fundos implementam estratégias, concentrando-se em parcela limitada de títulos, há possibilidade de eclosão de crise e desestabilização dos preços dos ativos.

3.6 MOBILIDADE E VOLATILIDADE

A crescente volatilidade dos fluxos de capitais é uma espada de Dâmoles pendente sobre os países periféricos. Podem ocorrer oscilações cíclicas com repentinas alternâncias de (relativa) abundância e escassez de recursos. Há significativo potencial de variação das cotações dos diversos ativos financeiros. A ausência de regulação da entrada e da saída de imensos capitais especulativos e de curto prazo cria uma situação de risco potencial para o equilíbrio do balanço de pagamentos e as condições macroeconômicas do país.

A tendência é que a regulação sobre os mercados financeiros seja mais reduzida e flexível nos países dependentes. A liberalização, sem prudência, envolve vários aspectos: eliminação de controles sobre os fluxos de entrada e saída de capital; manutenção do mesmo câmbio para todas as transações, inclusive as de capital; não-cobrança de impostos sobre os rendimentos das aplicações financeiras estrangeiras; não-exigência de depósito de reservas como proporção dos investimentos estrangeiros de carteira; permissão irrestrita ao capital estrangeiro para a aquisição e propriedade de ativos internos, inclusive sem taxação tributária; facilitação para lançamento de bônus em mercados externos; títulos e bônus dolarizados e com prazos curtos; aquisição por não-residentes, sem restrições, de títulos públicos com compromisso de recompra; forte redução dos prazos dos empréstimos externo; autorização a exportadores e residentes a manterem capitais no exterior, bem como permissão para os fundos de pensão para realização de aplicações também em

mercados estrangeiros; ausência de intervenção para esterilização, admitindo-se o impacto da entrada de capitais externo sobre a base monetária da economia nacional.

Assim, impõe-se a necessidade de controles dos bancos centrais sobre o tamanho, a composição e prazos dos capitais em fluxo para esses países periféricos. Não se justifica a passividade, há possibilidade de ação governamental diante da volatilidade dos fluxos de capitais. Cabe ressaltar que a atração de investimento estrangeiro direto (IED) poderia contribuir para a elevação da taxa de investimento na economia, ampliando a capacidade de produção, favorecendo a modernização tecnológica, ao lado do aspecto de que os ativos fixos de capital não podem ser subitamente retirados do país. Entretanto, esse movimento de investimento direto pode levar à forte desnacionalização de importantes setores econômicos, subtraindo o controle e autonomia do país sobre seu processo de tomada de decisão.

Tendo mercados menores, acumulando déficits externos e possuindo baixas reservas internacionais, os países em desenvolvimento sofrem maiores danos com a volatilidade dos capitais. Aumenta a vulnerabilidade aos choques externos. Há situações em que acima e independentemente de possíveis problemas nos fundamentos macroeconômicos internos, são os choques dos movimentos erráticos dos capitais internacionais privados que afetam a estabilidade de países periféricos.

Economias abertas e interdependentes são expostas às crises cambiais e ataques especulativos, que atingem os países periféricos de modo diferente em comparação com os países desenvolvidos. Considerando o relativamente baixo volume dos recursos envolvidos, as crises financeiras na periferia não provocariam dramas absolutos nos países ricos.

Além da possibilidade de geração de um novo estoque de dívida externa impagável, a excessiva entrada de capitais leva à sobrevalorização cambial, afetando as exportações e o ritmo de crescimento. Diante da expectativa de crise de balanço de pagamento ou desvalorização cambial, como ocorreu no México, os investidores, em aplicações de curto prazo, repatriam suas rendas e capitais, sem restrições legais em quase todos os países em desenvolvimento, agravando ainda mais a pressão sobre a respectiva moeda

nacional, piorando a desestabilização e dificuldades macro-econômicas nessas economias periféricas.

A bolha especulativa gerada pela ilimitada entrada de capitais tem um prazo de vigência. Estourada a bolha, surgem crise e recessão. A crise em um país provoca não somente a fuga de capitais de curto prazo desse referido país, mas também a retirada de recursos de outros países. O abalo mexicano gerou tal problema para Argentina, Brasil etc. Daí, estabeleceu-se temporariamente o retraimento e interrupção dos fluxos de capitais para alguns dos chamados mercados emergentes, sobretudo na América Latina. O investimento externo no mercado acionário pode, também, favorecer a volatilidade e fuga de capitais, quando os investidores, em conjuntura de fortes incerteza, resolvem vender suas ações.

Sob o impacto das perturbações autônomas dos fluxos de entrada e saída de capitais, as taxas de juros internas não se comportam relativamente às condições de poupança e investimento nesses países.

Desde o início do Plano Real, o governo brasileiro já reduziu duas vezes o IOF (imposto sobre operações financeiras) para as aplicações de capital em títulos de renda fixa: a primeira vez, foi em março de 1995, sob o impacto da crise do México e fuga de capitais; a segunda vez, foi em novembro de 1996, sob a pressão do déficit na conta corrente. Assim, as autoridades brasileiras estimulam a entrada do capital especulativo cujo interesse prende-se aos juros altos e renda fixa.

O Chile, através do seu Banco Central, tem conseguido impor certo nível de barreira à volatilidade dos fluxos financeiros, determinando uma quarentena obrigatória de permanência desses capitais na economia chilena, além da tributação. O governo chileno tem evitado a apreciação do câmbio dentro de uma visão da importância e crescimento das exportações desse País (apesar de suas graves deformações econômicas estruturais).

O professor James Tobin, Prêmio Nobel em Economia, lançou em 1971 a idéia da criação de um imposto sobre os fluxos financeiros globais. Seria cobrada uma taxa internacionalmente uniforme, universal, na entrada ou saída de capitais em cada país.

O BIS ou o FMI definiria a alíquota do imposto, dentro de limites, e ainda seria responsável pela supervisão das autoridades nacionais.

Em 1995, na Conferência da ONU sobre desenvolvimento humano e ainda sob o impacto da crise mexicana, ressurgiu o debate sobre a *Tobin Tax*. Segundo os debates dessa Conferência, os recursos fiscais assim arrecadados seriam canalizados para o “combate à pobreza”. Assim, estima-se que seria constituído um fundo social de 1,4 trilhões de dólares, anualmente.

Ainda como consequência desse imposto, as autoridades monetárias nacionais teriam mais autonomia e haveria certo desestímulo para os capitais de curto prazo. Tobin, Eichengreen e Wyplosz afirmam categoricamente que o principal objetivo do imposto seria a ampliação da autonomia das políticas monetárias nacionais.

Tobin, Eichengreen e Wyplosz argumentam no seguinte sentido:

O imposto sobre as transações é uma forma de jogar areia nas engrenagens de veículos financeiros super-eficientes. O imposto de 0,5% se traduz em uma taxa anual de 4% em uma viagem de ida e volta, de três meses de duração, dentro de um mercado de divisas e mais [de 4%] para viagens mais curtas. É este efeito que cria espaço para as diferenças nas taxas internas de juros, permitindo que as políticas monetárias nacionais respondam às necessidades macroeconômicas internas. O mesmo imposto seria um pequeno freio para tornar mais lentas as viagens de ida e volta. Teria uma repercussão insignificante na carteira de longo prazo ou em inversões diretas em outras economias. Seria muito pequeno diante dos custos comerciais e de transporte e, assim, não poderia ter demasiado efeito no comércio de bens (1995, p.331).

Nas análises convencionais, seriam escassas as chances de imposições restritivas aos voláteis fluxos de capitais. Controles poderiam até ensejar risco moral, agravando, contraditoriamente, o potencial de instabilidade financeira. Segundo José Garcia Solanes (1995, p. 259-260), não há expectativa de reversão nas condições de crescente mobilidade dos capitais, considerando que as propostas ora consideradas explicitam a ausência de controles dessa mobilidade e a insistência na consolidação dos fundamentos econômicos e na disposição dos países à coordenação econômica internacional.

3.7 ASSIMETRIA DOS FLUXOS

A primeira constatação a ser feita é sobre o crescimento dos fluxos financeiros e sobretudo o retorno dos capitais estrangeiros aos países periféricos. De fato, os mercados internacionais de capitais cresceram 54% de 1987 a 1992. Nesse período, os recursos aos países em desenvolvimento aumentaram em 87%, sob a precária motivação da conjuntura de baixos juros internacionais em contraposição às altas taxas de juros nos chamados mercados emergentes. Era recessiva nos países centrais, a conjuntura de 1990-92. A retomada dos fluxos de capitais para o Terceiro Mundo ocorre sobretudo a partir de 1990-91.

Entretanto, deve-se chamar a atenção para a seca de capitais externos para esses países durante os anos 80, de modo que o crescimento ocorreu sobre uma base bastante deprimida. Em 1990, o mercado acionário dos países desenvolvidos registrava 8.985,0 bilhões de dólares, enquanto este mercado nos países em desenvolvimento tinha uma capitalização de 544 bilhões de dólares (BAER, 1995, p. 42). O que se destaca é a prevalência absoluta dos fluxos de empréstimos para (e entre) os países da OCDE, os quais ficam com US\$ 535,7 bilhões, enquanto os países em desenvolvimento limitam-se a US\$ 47,2 bilhões, em 1992 (GRIFFITH-JONES, 1995, p. 41-43). O conjunto dos países em desenvolvimento emitiu 10% (cerca de US\$ 30 bilhões) do total de bônus internacionais que foram lançados no mundo em 1993. Nessas emissões de bônus, a América Latina superou a cifra de 20 bilhões de dólares (HOPENHAYN, 1995, p. 84).

É importante, mas não é suficiente estimar o volume do afluxo de capitais tendo como parâmetro os rebaixados níveis históricos de entrada de capitais nos anos 80. Por exemplo, em 1994, os bancos internacionais reduziram, efetivamente, os créditos para os países da África, Ásia ocidental e Europa Oriental, como diz um informe da UNCTAD (1995, p. 3).

Além do aspecto quantitativo, deve-se, hoje, observar fundamentalmente a qualidade, estabilidade, custos e prazos desses fluxos de capitais para os países em desenvolvimento. Nesse sentido, constata-se expressivo volume de operações de curto prazo. São muito reduzidos os prazos de vencimentos dos bônus. Prevaecem as

aplicações de portfólio em detrimento dos investimentos diretos e dos empréstimos de agências públicas. Não há recursos significativos direcionados ao aumento do investimento agregado, expandindo a capacidade produtiva. Reduziram-se drasticamente os créditos bancários. Entre os empréstimos governamentais, diminuem os recursos para obras de infraestrutura econômica. As altas taxas de juros e os programas de privatização são fatores de atração dos capitais externos.

O que cresceu foi o investimento, no âmbito privado, em bônus e diversos títulos de renda variável. Na América Latina, por exemplo, em 1990, as aplicações em ADRs (certificados de depósito norte-americano) e em GDRs (certificados de depósito global) totalizavam 98 milhões de dólares, enquanto em 1992 o Banco Mundial estimava tais aplicações no valor de 4 bilhões e 377 milhões de dólares. Ainda nessa região, os bônus também saltaram de 833 milhões de dólares, em 1989, para 11 bilhões e 732 milhões de dólares, em 1992.

Nesse quadro, Stephany Griffith-Jones (1995, p.53) destaca o problema da instabilidade: “o desvio-padrão dos percentuais de variação mensal nos preços das ações dos mercados emergentes era significativamente mais alto do que na Bolsa nos Estados Unidos, no Reino Unido e Japão”. A UNCTAD (1995, p. 8) pondera aos países em desenvolvimento que as bolsas de futuros e opções “podem servir para que os mercados acabem dominados pela especulação”.

Na década de 80, diferentemente da América Latina, os países em desenvolvimento na Ásia, exceto Filipinas, foram importadores de capitais. No Terceiro Mundo, comparativamente, no conjunto dos anos 80 e 90, a Ásia dispõe de uma média de entrada de recursos superior à América Latina, enquanto a África subsaariana está fora de termos de comparação. O investimento estrangeiro direto (IED) é significativamente mais elevado nos fluxos de capitais para a Ásia do que no caso da América Latina, onde a maioria dos recursos se destina a investimentos de carteira. O investimento estrangeiro direto (IED) alcançou nos países em desenvolvimento a cifra de 44 bilhões de dólares na Ásia e 15 bilhões de dólares na América Latina, em 1993. Neste mesmo ano, ainda nos países em desenvolvimento, o investimento em *portfolio* foi de 22,9 bilhões de dólares na Ásia e registrou 61,8 bilhões de dólares nas

economias latino-americanas. Nos anos 90, também chama a atenção o tamanho extremamente diminuto do fluxo de capitais para o Leste Europeu.

É um fato incontestável a concentração dos fluxos financeiros tendo os países desenvolvidos como procedência e destino, mesmo considerando que nos anos 90 houve a retomada dos fluxos de capitais para os países do Terceiro Mundo. Déficits fiscais e comerciais de alguns países desenvolvidos, como os EUA, têm contribuído para a atração de recursos para tais países. As vantagens e superioridade geral das economias desenvolvidas retêm a maioria dos capitais. Recusando terminantemente a aceitar a participação dos países em desenvolvimento no que diz respeito às discussões sobre investimento estrangeiro direto, a OCDE, com as 29 nações mais desenvolvidas, programa para até maio de 1997 a definição de um acordo sobre liberdade plena para o IED escolher área de atuação ou instalação, remessa de lucros e outras normas, que, posteriormente, serão impostas de modo unilateral aos países periféricos. No triênio 1993-95, o Brasil, dentre os países em desenvolvimento, foi quem mais recebeu investimento direto de empresas norte-americanas: US\$ 11,2 bilhões.

Hoje, três países -EUA, Alemanha e Japão- detêm cerca de 35% da oferta de capitais. As transferências oficiais, oriundas de instituições multilaterais, em 1991-92, foram de 26 bilhões de dólares para os países em desenvolvimento, enquanto os países desenvolvidos receberam 97 bilhões de dólares (GRIFFITH-JONES, 1995, p. 120).

Há evidente incompatibilidade entre as condições dos atuais fluxos de capitais e a realidade da maioria dos países africanos. O atraso e estagnação econômica desses países reclamaria significativas transferências de recursos sem contrapartida ou empréstimos sem cobrança de juros. Mas isto é totalmente impensável considerando a natureza do FMI e BIRD, guardiões do capital financeiro. A entrada de capitais na África do Sul é motivada pela alta taxa de juros real, situada em 11% ao ano. Assim, esses capitais são aplicados em investimentos de curto prazo, nesse país. Daí, que apenas 25% dos investimentos externos destinam-se à produção (GOMIDE, 1996, p. 2).

Até mesmo a ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto), em publicação de 1994, chega a manifestar a seguinte observação a respeito do caso brasileiro:

Embora o capital externo tenha ingressado no País em grande quantidade nos últimos anos, até agora o Brasil não deu sinais de que vem conseguindo convertê-lo em investimentos de médio e longo prazo (1994, p. 336).

3.8 PERIGO NAS BOLSAS

Em 11 de julho de 1996, Wall Street sofreu um susto, com os preços das ações despencando. O catalisador da queda foi a informação de frustração das vendas da Hewlett-Packard (HP). Das ações tecnológicas, índice Nasdaq⁷, o pessimismo irradiou-se para o conjunto do mercado de ações. O que aconteceu? As ações estavam com preço muito elevado, considerando o retorno dos dividendos e o valor patrimonial, o que levou os grandes investidores a trocarem as aplicações em ações por títulos de renda fixa. Qual a consequência potencial imediata? A queda de Wall Street, pelas características do processo de alta desde 1995, poderia ter atingido os mercados mundiais de ações. O movimento teria potencial mais grave do que os problemas da véspera do *crash* de 1987, segundo analistas financeiros.

Muda a cena rapidamente: nova euforia em Wall Street. De agosto a novembro de 1996, acumula-se extraordinária alta de 20% das ações, sem correspondência, obviamente, nos fundamentos econômicos. O valor das ações na Bolsa de Nova York tem subido muito mais do que os resultados das empresas. Será mais um episódio de bolha especulativa que vai estourar, resultando em grande desvalorização e forte elevação do juros.

7. O índice Nasdaq inclui ações de empresas do setor tecnológico, firmas de informática.

No dia 6/12/96, o presidente do Fed, Alan Greenspan, criticou a "exuberância irracional", ressaltando a artificialidade dos altos preços das ações na Bolsa de Nova York, provocando queda nos negócios dos mercados acionários do mundo, atingindo Wall Street e as bolsas de Londres, Paris, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong, México, São Paulo, Buenos Aires etc. Se o Fed decide elevar os juros, a economia norte-americana reduz sua atividade, eleva-se a inadimplência dado o alto nível de endividamento atual de empresas e famílias, sobem os custos de produção, diminuem os lucros das empresas e os capitais deslocam-se para outros ativos mais rentáveis.

No dia 11/12, houve nova onda geral de queda das bolsas, registrando-se a redução das cotações das ações, a elevação de juros (taxas de retorno dos títulos americanos) e desvalorização dos ativos dos mercados emergentes, sobretudo os bônus Brady. A relativa recuperação da economia do Japão provoca a atração de recursos de investidores nipônicos, os quais têm grande presença nos mercados de títulos públicos nos Estados Unidos.

A acumulação de fabulosa riqueza fictícia no Japão entrou em crise, estourou a bolha especulativa, registrando-se a queda de 2/3 do valor de face das ações na Bolsa de Tóquio, significando prejuízos de mais de US\$ 3 trilhões, no período de janeiro de 1990 a agosto de 1992. No ano de 1996, o mercado acionário de Hong-Cong gira US\$ 1,5 bilhão por dia. O que é Hong-Cong? Trata-se de uma artificial cidade-Estado, com 6 milhões de habitantes. Não há base real, portanto, para esse gigantesco movimento bursátil. A bolsa no Brasil gira US\$ 500 milhões diariamente (ADACHI, 1996, p.3).

O Brasil é membro do clube dos chamados mercados emergentes. As bolsas brasileiras, com uma valorização de 60%, foram as mais lucrativas entre as bolsas dos países em desenvolvimento em 1994. Uma das razões do aumento dos fluxos de capitais externos para a América Latina têm sido a elevada rentabilidade das suas bolsas. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) baixou a instrução n. 255, em novembro de 1996, permitindo que as bolsas brasileiras negociem títulos estrangeiros. Essa instrução autoriza a emissão de Brazilian Depositary Receipts (BDR), com lastreamento em valores mobiliários lançados por companhias abertas estrangeiras. No país de origem da multinacional é feita a custódia das ações representadas pelos

BDRs. Os certificados BDRs são um instrumento similar aos ADRs (American Depositary Receipts), os quais viabilizam a negociação de ações de empresas estrangeiras nas bolsas americanas.

Os títulos da dívida brasileira foram vendidos por 35% do valor de face em 1992, mas em 1995 já eram negociados a 80% do seu valor no mercado secundário de Nova York (O ALARME, 1995, p. 21). Em outubro de 1995, o Banco Central do Brasil admitiu a participação de títulos da dívida externa cotados a 100% do valor de face nos leilões de privatização das empresas públicas.

Enquanto cresce o número de empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova York, registra-se a queda do número de empresas participantes das bolsas emergentes. Assim, a Bovespa tinha a presença de 579 empresas em 1990 e 550 em 1996; a Bolsa do México tinha 390 empresas em 1990 e baixou para 190 no ano de 1996; e a Bolsa de Buenos Aires, tinha 179 empresas em 1990 e caiu para 149 neste ano de 1996. As bolsas americanas concorrem com os outros mercados, como o brasileiro. Há, atualmente, 45 empresas brasileiras com capital aberto nas bolsas dos Estados Unidos. Mais de cem companhias da América Latina negociam suas ações em Wall Street.

O condicionamento externo verifica-se, por exemplo, na queda de 50% no volume de negócios no mercado de capitais do Brasil, quando é feriado nos EUA. (ADACHI, 1996, p. 3). A elevação das taxas de juros pelo FED, em fevereiro de 1994, resultou em 30% de desvalorização média dos títulos das dívidas das chamadas economias emergentes e também na queda dos negócios nas bolsas em todo o mundo.

3.9 *CRISES BANCÁRIAS*

A corrida ao saque de depósitos nos bancos cria uma situação de rebaixamento abrupto e automático das operações creditícias. Os ativos bancários perdem o lastreamento das obrigações do lado do passivo. Este racionamento do crédito também surge quando o volume de ativos bancários "podres" requer uma postura mais prudente e elevação das taxas de juros. Os seguros de depósito e as intervenções do Banco Central não conseguiram conter a onda de abalos e falências de bancos na

década de 80 e nos anos 90. Hoje, mais grave que a retirada dos depósitos é o banco, em crise de credibilidade, sofrer crescente exclusão e isolamento, a partir da fuga de agentes institucionais, perda da clientela formada por grandes investidores. Os bancos comerciais e menores são mais suscetíveis aos riscos e à instabilidade dos mercados.

O Banco de Compensações Internacionais (BIS) é considerado por alguns como um embrião de banco central supranacional. A quebra dos bancos Herstatt e Franklin National, em 1974, provocou a criação do Comitê de Basileia, a partir da iniciativa dos bancos centrais do grupo dos 10 (G-10). O Acordo de Basileia, no âmbito do BIS, em 1988, é uma iniciativa internacional de regulação dos bancos.

A disposição de adequação de capital refere-se à exigência de que os bancos tenham no mínimo capital equivalente a 8% dos seus ativos. O BIS faz o encaminhamento prático das regras sobre os requisitos de lastro dos créditos dos bancos, desde 1^o de janeiro de 1993. A supervisão bancária de um país pode fiscalizar as agências dos bancos desse referido país e que se localizam no exterior. O Comitê de Basileia para a Supervisão dos Bancos apresentou ao sistema bancário, em abril de 1993, o projeto de Tratamento de Supervisão dos Riscos de Mercado, com recomendações para as transações com dívidas, ações e moedas estrangeiras.

Os seguros de depósitos, o maior controle governamental e as intervenções oficiais de salvação de importantes bancos favoreceriam o chamado risco moral. A progressiva marcha da integração internacional dos bancos, dos sistemas de pagamento e dos distintos mercados financeiros é também a marcha progressiva para a situação de maiores probabilidades de crise sistêmica. O Barings quebrou com um prejuízo de 1,3 bilhão de dólares nas transações com derivativos na Ásia. O passivo a descoberto do Crédit Lyonnais chegou a 4 bilhões de dólares. Os bancos japoneses, envolvidos na especulação nos mercados de ações e imobiliário, têm prejuízos acumulados de US\$ 500 bilhões. Na Itália, o Banco de Napole registrou um passivo a descoberto de US\$ 2 bilhões.

A resolução do Conselho Monetário Nacional, sob o número 2.099, de 17 de agosto de 1994, estabeleceu regulamentos sobre as condições de acesso ao sistema financeiro nacional, relativamente a valores mínimos de capital e patrimônio líquido, entre outros.

ítens, dispendo também sobre a obrigatoriedade de manutenção de patrimônio líquido ajustado, em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras. Mas esta resolução ficou no papel e sobreveio a crise bancária.

No Brasil, alguns bancos entraram em dificuldades com a queda da inflação, o extraordinário crescimento da inadimplência dos créditos bancários e até mesmo as próprias taxas escorchantes de juros, e também em função das responsabilidades mais diretas dos controladores relativamente a fraudes variadas e evasão de recursos para paraísos fiscais. A onda de inadimplência é caracterizada pelo fato de que os créditos em atraso ou em liquidação chegaram a atingir R\$ 44,324 bilhões. Assim, R\$ 200 estavam atrasados para cada empréstimo de R\$ 1 mil em agosto de 1996 (CARVALHO, 1996, p. 7).

Em maio de 1996, os bancos comerciais e múltiplos, no País, tinham um total de passivos em dólares de cerca de US\$ 29 bilhões, enquanto seu patrimônio líquido era de US\$ 27 bilhões, conforme o Banco Central. Comparativamente aos bancos da Ásia e da América Latina, o sistema bancário brasileiro tem maior exposição com operações contratadas no exterior, sobretudo através de captação por meio de títulos de renda fixa, conforme dados do relatório do Banco de Compensações Internacionais, que foi divulgado em dezembro de 1996.

O modelo econômico brasileiro sempre privilegiou os bancos. Os banqueiros sempre exerceram e continuam exercendo influência política determinante sobre o governo brasileiro. Assim, o Banco Central mobilizou-se para criar o PROER, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, para salvar bancos, aportando recursos públicos. Desde pelo menos meados de 1995, o Banco Central já sabia da existência de graves problemas no Banco Nacional. A intervenção só ocorreu um ano após. O Nacional montou 625 contas fantasmas, operadas há quase uma década. Essa instituição promoveu irregularidades cambiais, envolvendo antecipação de contrato de fechamento de câmbio, cartões internacionais e operações no exterior (BRANDÃO JÚNIOR, 1996, p. 13).

O Banco Econômico foi o primeiro grande banco a sofrer intervenção neste período recente. Esse banco realizou operações de triangulação, usando um banco público (Baneb) para financiar empresas do grupo Econômico, em flagrante ilegalidade. O controlador do banco montou empresas nas Ilhas Cayman. Um outro grande banco em crise é o Bamerindus. O Banco Central encaminha-se para destinar R\$ 6 bilhões para a capitalização do Bamerindus.

Em 1996, havia treze bancos estaduais com situação decrescente de patrimônio, registrando descapitalização. O Banco Central mantinha a intervenção em três desses bancos. O Banespa sofreu intervenção (Regime de Administração Especial Temporária) em dezembro de 1994. A dívida do Estado de São Paulo para com o Banespa passou de R\$ 9 bilhões, em março de 1995, para R\$ 20 bilhões, em novembro de 1996, em razão das altas taxas de juros. Entretanto, o Banespa apresentou lucro de R\$ 786 milhões nos primeiros nove meses de 1996. Encaminha-se a compra do Banespa por parte do governo federal junto ao controlador, o governo do estado de São Paulo. A perspectiva futura é de privatização do banco.

O relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), divulgado em novembro de 1996, informa sobre a crise bancária “pequena” no Brasil, Argentina, Bolívia, Costa Rica, Jamaica e Paraguai (TACHINARDI, 1995, p. 5).

3.10 *PRIORIDADE DA ESTABILIDADE MONETÁRIA*

M. Aglieta lembra a relativa simplificação da política monetária na vigência do padrão-ouro. Também este autor refere-se à separação entre política monetária e política bancária no período de 1950-1975. Ele chama a atenção que essa dicotomia já não cabe na presente realidade de liberalização financeira. A estabilidade é perseguida com principalidade pela política monetária. Entretanto, as medidas de controle do nível de preços podem “pertubar os preços dos ativos e as taxas de juros, ameaçando a estabilidade que se imaginou alcançar, como se aprendeu no Reino Unido, no final dos anos 80”, conclui Michel Aglieta (1995, p. 37-39).

A oscilação dos preços das ações, títulos, mercadorias etc dimensiona o nível dos riscos financeiros. A estabilidade passou a ser um fim em si mesmo. Crescimento, desemprego e distribuição de renda são aspectos desprezados como condicionantes na política contra a inflação.

A supressão dos controles sobre os fluxos de capitais permite forte repercussões sobre o crescimento da oferta monetária, contrariando o combate à inflação. Os problemas de déficits públicos são agravados no contexto de incremento da liquidez, sob o impacto de excessiva entrada de capitais.

Controla-se o nível geral dos preços, exceto os preços dos ativos financeiros. Os mercados de valores dependem de expectativas de crescimento econômico e estabilidade monetária. Entretanto, engendra-se uma situação contraditória porque o próprio processo de financeirização e políticas monetárias ortodoxas têm afetado o dinamismo da economia. De fato, coloca-se a ameaça de recessão ou até mesmo já se defronta com as atuais taxas mediocres de crescimento da economia mundial. Há sempre um risco potencial sobre os mercados de valores, a partir da ameaça de uma depressão dos preços dos ativos.

Instabilidade econômica e restrições aos fluxos de capitais externos compõem o risco do país. Quanto maior a classificação do risco, maior tem sido a brecha entre as altas taxas de juros praticadas nesses países, de um lado, e as baixas taxas de juros internacionais, de outro lado. Depreciam-se os títulos do Tesouro do país com risco elevado. As emissões de bônus em mercados externos alcançam valor menor e prazo reduzido.

4 PROGRAMAS DE AJUSTE ESTRUTURAL

O FMI e o BIRD colocam-se à testa dos arranjos econômicos e financeiros no mundo, respaldados nas grandes potências e na oligarquia financeira. Os membros dessas instituições esmeram-se em estudos e burilam o discurso aparentemente técnico, coerente e neutro, justificando as atuais formulações do novo imperialismo como as únicas, as verdadeiras e viáveis proposições. A academia e a imprensa trompeteiam suposta unanimidade universal em torno das verdades neoliberais. Princípios e medidas concretas são impostos ao Terceiro Mundo.

Os governos encaminham a abrupta abertura da conta de capital juntamente com as chamadas reformas estruturais. Os programas de ajuste estrutural dos anos 90 foram precedidos pelo conservador ajuste do balanço de pagamentos nos anos 80 no Terceiro Mundo. Critérios de ajuste de natureza diferentes beneficiam os países centrais, constatando-se, por exemplo, a paralisia do FMI e do Bird diante dos déficits comerciais e fiscais norte-americanos. Propaga-se a idéia de que o ajuste no Terceiro Mundo contribuiria para a inserção dos seus países na economia globalizada.

Os programas de ajuste e estabilização econômica impostos aos países do Terceiro Mundo têm amplos e variados objetivos. Buscam a redução do papel do Estado na economia e a absolutização do livre mercado. Consagram a liberalização dos preços e o fim dos subsídios. Pretendem a abertura comercial, a privatização das empresas públicas, reconhecimento legal da propriedade intelectual (marcas e patentes), a chamada flexibilização trabalhista, a financeirização da previdência, a regressividade do sistema tributário, o “enxugamento” da máquina do Estado e o equilíbrio fiscal. Países do tipo do Brasil seriam afastados de uma tentativa futura de consolidação de um padrão industrial diversificado, moderno e significativo.

Em vários lugares da América Latina, Ásia e África, a bandeira desfraldada desses programas é o combate à inflação, capitalizando a exasperação da sociedade com o descontrole do nível dos preços. Mas, apesar da inflação debelada, os resultados gerais são duvidosos até mesmo para o ex-economista chefe do Banco Mundial para a

América Latina, Sebastian Edwards, ao considerar que “após anos de reformas -em muitos casos, mais de uma década-, a região [latino-americana] tem pouco a mostrar em termos de melhoria do desempenho econômico e das condições sociais. A pobreza não foi reduzida; o crescimento foi modesto, se tanto; em muitos países, os salários reais estão abaixo dos níveis de 1980; e a criação de novos empregos tem sido lenta” (PINTO, 1996, p. 11).

Os fluxos de capitais se direcionam para os países periféricos, se houver possibilidade de grande rendimento e se estiver vigorando nesses países forte disciplina na política econômica, assegurando estabilidade. Controle da inflação, livre mercado e integração internacional são pontos fundamentais para a contemporânea e dominante lógica financeira. Esses pontos são necessários para viabilizar a valorização da riqueza financeira. Não se admite a inflação corroendo o rendimento das aplicações. Daí, a razão de ser da presente cruzada anti-inflacionária. Se determinado país periférico apresenta crescimento da inflação, então há uma corrida contra a moeda nacional, e, em consequência, impõe-se um programa austero de controle do nível dos preços. A emergência de crises financeiras suscita a aplicação de perversas medidas macroeconômicas nos países em desenvolvimento.

Carlos Massad diz que:

O ajuste também levou a baixar os preços das exportações latino-americanas; entre 1980 e 1992, o volume das exportações dos países da região aumentou 86%, enquanto o valor dessas exportações aumentou só 42%. Portanto, mais de 50% dos esforços reais para exportar se perderam na região, como consequência da queda dos preços, causada, em parte, pelo fato de que o esforço de exportação se iniciou em muitos países ao mesmo tempo. Esta perda não teria ocorrido se outros países tivessem ampliado sua demanda pelas importações, abrindo suas próprias economias ao mercado internacional (1995, p. 352).

A liberalização, a globalização financeira e o aumento da dependência criam maiores dificuldades para os países periféricos se alçarem à mobilização por um projeto de desenvolvimento nacional e realizarem a coordenação macroeconômica. Surge a limitação de autonomia e instrumentos para implementar uma política econômica e

gestão monetária e cambial com vistas a condicionar os impactos e os aspectos regressivos dos fluxos financeiros no âmbito da sua respectiva economia.

As exigências de liberalização do FMI e do BIRD têm mais influência e são mais atendidas na América Latina e África. Na Ásia, há certa diferença sobre a questão da intervenção econômica do Estado. O Japão e a Coreia do Sul estabeleceram restrições ao capital estrangeiro e praticaram um protecionismo seletivo e temporário, realizando uma política industrial que favoreceu a sua produção na concorrência com o exterior.

A OIT, discutindo a crise do desemprego, destaca a necessidade de fortalecimento da capacidade produtiva dos países pobres. Mas a realidade é adversa. Não são encaminhados ajustes que preservem e melhorem os termos de intercâmbio no comércio entre os países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo. Não há uma política para a diversificação da produção e da exportação de bens desses últimos países em combinação e em coordenação com o reforço da demanda dos referidos bens por parte dos países centrais. Não se viabiliza a criação de liquidez no âmbito das economias periféricas em articulação com forte e sustentado ritmo de crescimento. Assistindo esse quadro atual, vale recordar que a economia da América Latina, sob intervenção significativa do Estado, conseguiu crescer 5,7% ao ano na década de 60 e nos anos 70 cresceu 5,6% ao ano. Na chamada década perdida, os anos 80, a taxa de crescimento caiu para 1,3%.

4.1 *MÉXICO: UM PAÍS DE JOELHOS*

No México, a desvalorização do peso em dezembro de 1994 foi o estopim da crise, com o abalo da confiança e a conseqüente fuga de capitais especulativos. Anteriormente, o diferencial de taxa de juros tinha sido o principal fator de atração de enorme fluxo de capitais. Porém, durante o ano de 1994, o banco central do EUA (FED) elevou, sem exagêro, as taxas de juros, o que foi suficiente, na prática, para a sucção de capitais aplicados no vizinho México.

O peso estava sobrevalorizado entre 25 a 40%, conforme as várias estimativas. O peso apreciado e a abertura comercial, concomitantemente, favoreceram importações

excessivas. Inibiu-se a produção dos bens exportáveis. O México, em 1994, tinha acumulado um déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos equivalente a 8% do seu PIB. Altos déficits nessa conta já tinham se repetido em 1993 e 1992. Ainda em dezembro de 1994, o governo Zedillo chegou a anunciar, despreocupadamente, a expectativa de aumento “normal” do desequilíbrio na conta corrente, sem prever o que estava prestes a explodir. O ritmo de atividade econômica era medíocre. O setor de serviços (não-exportáveis) atraiu a maior parcela do investimento estrangeiro direto (IED), saindo de 29 para 48%, enquanto a indústria manufatureira (bens exportáveis) teve uma queda no IED acumulado, descendo de 69% para 50%, no período de 1989 a 1993.

Em janeiro de 1995, no olho do furacão mexicano, Guillermo Ortiz, secretário da Fazenda e do Crédito Público, publicou um artigo, em tom otimista em geral, mas foi obrigado a reconhecer aspectos negativos naquele momento na economia do seu País. Apesar de declarar que déficit em conta corrente, isoladamente, não significa problema, Ortiz (1995, p. 185) considerava que o caso mexicano de déficit era grave em razão de “sua magnitude, suas causas implícitas e pela sua forma de financiamento”.

Alan Greenspan, presidente do FED, comentou o seguinte:

A taxa de inflação caiu bruscamente de quase 160% em 1987 para 7% em 1994, mas ao mesmo tempo, o México estava perdendo competitividade internacional e seu déficit se ampliava (1995, p. 164).

De 1992 a 1994, o México bateu o recorde de afluência de capitais externos, alcançando 8% do PIB. O México era a estrela neoliberal. Tinha feito o dever de casa: abertura comercial, privatização, corte dos gastos públicos, orçamento equilibrado, controle da inflação. Um aluno obediente, sem dúvida. Representava o roteiro da transição da intervenção econômica estatal para o quadro de mercados livres. Um exemplo a ser copiado. Fonte de inspiração para ministros da Fazenda de outros países terceiro-mundistas. O modelo do sucesso. Detinha a classificação de país com solidez financeira e muito solvente. Foi até mesmo admitido na OCDE em 1994. Saiu o milagreiro Sallinas, entrou Zedillo. Mais um economista também oriundo das universidades americanas, tinha sido eleito para presidente (agosto de 1994).

Salinas, pelas mãos de Washington, seria o primeiro presidente da recém-fundada Organização Mundial do Comércio.

Os títulos denominados Cetes foram deslocados pelos títulos dolarizados, os *tesobonos*. Esses bônus do Tesouro mexicano (*tesobonos*) significaram a dolarização da dívida interna e não foram renovados, após o vencimento. Como ocorre nos países do Terceiro Mundo, os bônus no México tinham prazos extremamente curtos. O pêsô sofreu seis ataques especulativos durante 1994, provocando-se a queda das reservas internacionais. Essas reservas ficaram inferiores ao montante de *tesobonos*.

O abalo mexicano provocou a mobilização do mega-empréstimo de quase US\$ 50 bilhões. O efeito tequila ameaçava inúmeros países. Alarmado, o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, exclamou: "Esta foi a primeira crise do século XXI" (ENTREVISTA, 1995). Ele acrescentava que no futuro outras crises similares poderiam acontecer.

Como resultado, o México está mais pobre e endividado, pior do que em 1982. A inflação retornou, com 52% em 1995, enquanto o produto caía 6,2%. Sua dívida externa pulou para US\$ 160 bilhões. Sua soberania foi ultrajada. Toda a receita, 8 bilhões de dólares ao ano, da venda de petróleo é depositada no New York Reserve Bank como garantia do empréstimo. O FMI passou à auditoria diária das contas mexicanas. O país mergulhou na recessão. As taxas de juros dispararam. Alguns bancos e empresas, endividados em dólares, ficaram quase paralisados, à beira da falência.

A crise mexicana ensina. O neoliberalismo é uma política efetivamente de exclusão social e comprometimento do desenvolvimento nacional. A verdade demorou seis anos para ser revelada no caso mexicano. Fracassou a estratégia de alto risco cambial. Mecanismos da internacionalização financeira podem causar graves prejuízos a um país. As causas dessa crise originam-se em problemas nos mercados financeiros, na política macroeconômica e decorrem do programa de ajuste estrutural. Não foi apenas uma crise da moeda nacional - o pêsô mexicano. As conseqüências financeiras e econômicas se espalham rapidamente pelo mundo. Sobretudo nos chamados mercados emergentes houve queda nas bolsas de valores. Além da América Latina,

países da Ásia e mesmo alguns países desenvolvidos registraram o contágio e a repercussão da crise mexicana.

Quando dos acontecimentos no México, é novamente o presidente do FED, Alan Greenspan (1995, p. 169), que advertia o Comitê Relações Exteriores do Senado americano sobre o perigo de recuo das reformas econômicas no país vizinho. Ele falava da ameaça da propagação da crise financeira para outros mercados emergentes, podendo paralisar a “tendência global para as reformas orientadas ao mercado”, prejudicando, segundo seu insuspeito depoimento, os Estados Unidos e todo mundo. Este era o pior desastre financeiro dos últimos 35 anos, conforme Greenspan. Rudiger Dornbusch (1995, p. 192-193) considerava que a maior consequência seria o descrédito do “modelo de reforma e desenvolvimento com base no mercado, que vem sendo praticado em toda América Latina”. O modelo poderia ser rechaçado também na Europa Oriental e nos países da antiga União Soviética.

Calvo também compartilhava da apreensão sobre as consequências do abalo mexicano:

Nada de bom poderia resultar de tal caos. As reformas experimentariam um retrocesso, os mercados se fechariam aos Estados Unidos e o sonho do Hemisfério Ocidental unificado, eficiente e pacífico poderia ser destruído nos próximos anos (1995, p. 177).

De outro lado, o colapso mexicano poderia causar vários problemas aos Estados Unidos. O próprio socorro financeiro prestava-se a solucionar a situação dos especuladores norte-americanos que não tinham retirado seus capitais a tempo no México. Era, na verdade, um socorro à Wall Street. Havia a ameaça de perda de emprego para grande contingente de estadunidenses, considerando que os EUA detêm 87% das importações efetuadas pelo país vizinho, parceiro no NAFTA. Ampliou-se o temor da invasão do país por novas ondas de desesperados mexicanos, que nem o muro que não caiu seria capaz de deter.⁸

8. O muro que caiu, como se sabe, foi o de Berlim; o muro que não caiu foi o da fúria repressiva policial aos mexicanos na fronteira EUA-México.

R. Dornbusch escreveu um artigo intitulado sintomaticamente: “Ao ajudar o México, os Estados Unidos se ajuda a si mesmo”, Dornbusch proclamava que “derrocada total” era a expressão mais apropriada para os acontecimentos mexicanos. Evaporaram-se os mercados do peso e de créditos, dispararam os *spreads* entre preços ofertados e demandados e deflagrou-se a corrida dos fundos mútuos para se desfazer de seus haveres em queda livre. O colapso creditício na América Latina privaria os Estados Unidos de mercados para suas exportações, o que poderia “frear abruptamente o crescimento dos EUA”, pensava Dornbusch (1995, p.192 -193).

Os fatos, parece, dão razão ao ditador Porfirio Díaz, quando no final do século passado lamentou a sorte do México, “tão perto dos Estados Unidos e tão longe de Deus”. Em agosto de 1989, o governo Salinas assinou o acordo da dívida externa, assumindo condições lessivas para o México, que arcou o pagamento de excessivo serviço da dívida, a fim de beneficiar os credores, sobretudo norte-americanos. Desenrola-se nefasto processo de anexação da economia mexicana por parte dos Estados Unidos. Segundo *The New York Times*, as medidas econômicas adotadas pelo presidente Zedillo no enfrentamento da crise mexicana foram basicamente desenhadas em Washington.

Depois da crise, alegou-se que houve falha de informação sobre a verdadeira realidade econômica do México. A desinformação teria motivado expectativas muito otimistas dos financistas estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Essa explicação é insuficiente. Rudiger Dornbusch chegou, anteriormente, a se referir à sobrevalorização do pês. Ademais, no ano de 1994 houve nos EUA uma grande polêmica sobre a conveniência ou não do NAFTA, exatamente discutindo os benefícios ou custos para os empregos e interesses dos norte-americanos. O que se discutia era o México. A crise irrompeu em dezembro de 1994 quando o NAFTA, já formalizado, entraria em vigor em 1^a de janeiro do ano seguinte.

A lição não é assimilada. O mercado por si só, prontamente, não promoveu os ajustes necessários diante da crise mexicana. Contudo, pela sua própria natureza, os círculos imperialistas são levados à insistência na defesa do seu receituário neoliberal, como se não tivesse havido essa crise. M. Camdessus afirma que o México continua sendo um “caso exitoso”, “baixou a inflação” e realizou “profundas reformas estruturais”. O

FMI não dá o o braço a torcer: "(...) a crise mexicana não põe em questão a validade do enfoque do desenvolvimento baseado no mercado, seu êxito está aí", insiste, dando voltas, M. Camdessus (ENTREVISTA, 1995). Foi só um susto, um erro de pilotagem, mas já passou. Não foi um erro de estratégia, foi uma falha de cálculo.

4.2 *SOBERANIA MONETÁRIA PERDIDA*

O presidente Carlos Menem repete o discurso da paridade 1 pêso/ 1 dólar, como se fosse uma questão absolutamente transcendental. Mas isso não tem consistência, evidentemente. O que regula a oferta monetária? É o volume de reservas internacionais que determina a dimensão da base monetária. A redução da entrada de capitais provocou a contração do crédito, a redução da atividade econômica e a quebra de bancos.

A Argentina adotou na prática o "currency board", relembrando as instituições do período colonial. O País está submetido a demorada e profunda dolarização. O dólar vincula-se a 60% dos depósitos e empréstimos (SOSA, 1996, p. 6).

Depois da privatização de empresas de infra-estrutura e serviços, agora é a indústria da Argentina que está passando por uma onda de desnacionalização. Principalmente empresas norte-americanas realizaram 137 operações em 1994, no valor de US\$ 2,271 bilhões, e outros 218 negócios em 1995, chegando a US\$ 2,740 bilhões. A situação de crise e o pequeno tamanho dos bancos argentinos leva a receios de estrangeirização desse setor, inclusive com a possibilidade de penetração dos grandes bancos brasileiros.

4.3 *ARMADILHA AO CRESCIMENTO*

O câmbio apreciado, a invasão de importados e relativa inflexão industrial em países como o México e o Brasil acarretam grave desequilíbrio nas contas externas. A abertura comercial, a âncora cambial e a dolarização, em graus e formas diferenciadas, são fundamentais nos planos de estabilização monetária no México, Brasil, Argentina etc. Nessas condições, a tendência é de déficit nas transações correntes, apesar da vitória sobre o processo inflacionário.

Mas controle inflacionário não é tudo no manejo macroeconômico. Por exemplo, despreza-se o problema da sobrevalorização cambial ou ignora-se o desemprego. O preço a ser pago corresponde à contenção do crescimento econômico. Se crescer, acelera as importações e explode o desajuste do balanço de pagamentos. A apreciação do câmbio real causa a “enfermidade holandesa” através de impacto em setores industriais, anula os ganhos de produtividade e compromete a competitividade das exportações, afetando o nível de atividade da economia. Não se admite desvalorização da taxa de câmbio para não abalar a confiança e expectativas dos investidores financeiros internacionais.

Não pode crescer. Resultado: o desemprego agiganta-se. Os financistas internacionais acompanham atentamente os índices de desemprego, de modo que indicações de aumento do emprego são suficientes para a grita contra o populismo e a denúncia do retorno da inflação. A inflação ameaça a lógica da valorização financeira. A estabilidade monetária inspira a confiança nesses investidores, que são ciosos, claro, dos seus lucros. O Plano Real mantém o controle dos preços, a partir do câmbio sobrevalorizado, das altas taxas de juros e das grandes reservas internacionais. Nessas reservas, é grande a proporção de capitais especulativos, de curto prazo. É temerária a concentração e exclusividade rígida da política econômica em torno do combate à inflação, dependendo, por largo tempo, da apreciação cambial e do afluxo de capitais externos (inerentemente instáveis), em detrimento dos demais objetivos econômicos gerais.

Antes da crise mexicana, Edmar Bacha, um dos “pais” do Plano Real, declarava que o Brasil poderia suportar déficits nas transações correntes, considerando o automático

financiamento do balanço de pagamentos com a chuva de dólares entrando no país. Enfatizava-se que a dívida externa tinha sido “resolvida” e o país gozava de credibilidade. Em dezembro de 1996, no Encontro da SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica), Gustavo Franco, diretor de assuntos internacionais do Banco Central, declarou que “não tem nenhum cabimento um país emergente ter conta corrente equilibrada”. Discordando dessa posição, o prof. Álvaro Augusto Zini (1996, p. 10) prevê a criação de um ameaçador e preocupante passivo externo do Brasil de US\$ 65 bilhões, somando o déficit em conta corrente de 1995, 1996 e o estimado para 1997.

O grande afluxo de capital externo valoriza o real face o dólar, prejudicando a competitividade das exportações. A acumulação de imensos déficits em conta corrente evoluirá para um momento em que o receio de colapso cambial provocará a fuga de capitais. Isto levará às medidas convencionais de ajuste do balanço de pagamento, cortando o consumo, impondo a recessão, a fim de derrubar as importações. Mas o atual quadro brasileiro mostra a continuada aceleração das importações e a persistente dificuldade das exportações. Segundo o BNDES, o coeficiente de importação do Brasil, referente ao volume de importados na produção nacional, elevou-se 2,5 vezes, no período de 1990 a 1995.

Nos aspectos produtivo, tecnológico e financeiro, a economia brasileira sempre foi muito aberta. Hoje, o governo Fernando Henrique exagera a abertura do País diante do capital estrangeiro. As autoridades da esfera econômica do governo brasileiro condenam todo o passado, apresentando o modelo de substituição de importações como maquinação e imposição histórica esdrúxula, ao tempo em que absolutizam o mercado e a globalização. Esse modelo de substituição de importações -que tinha como rumo o desenvolvimento- começou a revelar características de exaustão no início dos anos sessenta, entretanto hoje, nos anos noventa, não há nem rumo, nem esforço de desenvolvimento. Inexiste projeto. O baixo nível de investimento preserva a restrição da capacidade de produção. Mantém-se a destrutiva combinação de câmbio apreciado, abertura comercial e ausência de política industrial. A taxa de poupança interna é baixa. A produção e o emprego são prejudicados.

O setor de bens de capital tende a se desindustrializar: de 20%, em 1990, passou para 66,2%, em 1996, a importação de máquinas e equipamentos em relação à produção interna de bens de capital. É o script da crise mexicana. A médio prazo, não se sustenta artificialmente a taxa de câmbio. Há exemplos ilustrativos: mesmo na maior economia do mundo, a norte-americana, constata-se o estrago na sua indústria automobilística, tendo como um dos motivos fundamentais a sobrevalorização do dólar face ao ien japonês, nos primeiros anos 80. Agora, de maio de 1995 a novembro de 1996, o Japão desvalorizou o iene em 40%, em um contexto de relativa recuperação econômica (contando com maciços investimentos públicos).

Mas, os nossos problemas são mais complexos. O Brasil tem um grande mercado interno e elevado potencial econômico. Daí, resulta a relativização da importância das exportações brasileiras. Exportar é positivo para o crescimento, mas exportar o que, quanto, como, para onde. O que chama a atenção é a queda da exportação de produtos industrializados para os Estados Unidos e Europa, desde 1994. Como se sabe, o fundamental seria uma pauta de exportação baseada principalmente em produtos de elevado valor agregado. Não há mudança qualitativa de escoamento de exportáveis em direção aos países desenvolvidos.

Nesse quadro, os termos de intercâmbio são depreciados. É crescente o papel da América Latina importando dos Estados Unidos, aliviando os problemas comerciais norte-americanos. O Brasil reduziu as tarifas médias de importação sem negociar a reciprocidade e contrapartida de abertura comercial dos países que são parceiros no comércio. Aço, derivados de petróleo, calçados, suco de laranja etc são produtos brasileiros impactados por restrições protecionistas dos EUA. O faturamento das exportações brasileiras com suco de laranja, carnes de frango e de suínos, açúcar, soja e café solúvel aumentariam de US\$ 10,5 bilhões para US\$ 21 bilhões em 1995, caso as tarifas protecionistas fossem eliminadas principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Os países que, de formas e em graus diferentes, ancoram sua moeda nacional ao dólar, tendem a se tornar deficitários na relação comercial com os EUA, que, em contrapartida, seria o pólo superavitário.

Sensíveis às altas taxas reais de juros, os investimentos se retraem. Os juros altos são parte dos planos de estabilização monetária. A política monetária restritiva, com

elevação dos juros, é implementada em razão da necessidade de atrair capitais, compondo grandes reservas internacionais. As reservas financiam o balanço de pagamentos e significam respaldo e credibilidade do país para continuar captando os fluxos financeiros. Contrapartidas dessa política: a) aumenta-se a dívida mobiliária interna, em função da emissão de títulos públicos correspondentemente à elevação das reservas. Grave ônus orçamentário é representado pela diferença entre a baixa remuneração obtida pelo País relativamente às suas reservas cambiais (depositadas em instituições internacionais) e os elevados juros internos pagos aos detentores de títulos da dívida pública no mercado doméstico; b) as altas taxas de juros restringem o crédito, deprimindo o investimento e o nível de atividade da economia. Estes juros também elevam os custos dos produtos exportáveis, que perdem competitividade.

O Brasil realiza transferência líquida para o Banco Mundial, referentemente aos custos dos empréstimos denominados de ajuda oficial. Essa transferência representou US\$ 4,65 bilhões, de 1987 a 1992. O serviço da dívida externa consta no orçamento geral da União, pressionando as finanças públicas. Assim, o governo se esmera em cortar gastos sociais ou investimentos, emite dívida pública interna, objetivando realizar a amortização e pagar os juros da dívida externa. O déficit público brasileiro tem natureza financeira.

O novo endividamento dos anos 90 refere-se às captações do Estado, das grandes estatais (Petrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce) e de empresas e bancos privados, através da emissão de bônus com prazos curtos e juros altos. O diferencial relativo à taxa de juros da captação externa e a remuneração da dívida pública interna permite a arbitragem e realização de grande lucro financeiro. Significativos recursos externos são aplicados nas bolsas. Os bancos internacionais organizam as aplicações dos fundos de pensão e fundos mútuos.

Ao longo do tempo, a estatização da dívida externa, a acumulação de grandes reservas e a ciranda financeira engendraram o endividamento público brasileiro. Esta política de endividamento e o perfil das obrigações resultaram em drástica redução da capacidade de financiamento e investimento do Estado. No passado recente, as necessidades de crédito e financiamento para o desenvolvimento sempre foram satisfeitas majoritariamente pela poupança interna, sobretudo pelo esforço do Estado.

O capital estrangeiro teve papel complementar. A perspectiva é de dificuldades para o investimento produtivo e a sustentação do crescimento econômico, considerando que não há crédito de longo prazo e juros compatíveis.

4.4 POBREZA

A expansão dos mercados financeiros coincidiu com o aumento das desigualdades sociais, atingindo os países periféricos, nos anos oitenta, quadro social este que não se altera na presente década. “Os fluxos de capital claramente nem sempre são consistentes com os objetivos de estabilidade macroeconômica em seu sentido amplo, com o crescimento econômico sustentado e a *equidade social*” (grifo nosso), constata Devlin, Davis-French e Griffith-Jones (1995, p. 109).

Os programas de ajuste estrutural implicaram em avassalador custo social e humano no Terceiro Mundo. Esse ajuste não criou, mas agravou o drama social. Isto fica demonstrado até mesmo na inusitada e insuspeita declaração do diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, em um encontro internacional, em setembro de 1996, no Uruguai: “Não estaria chegando o momento de se flexibilizar a disciplina econômica na América Latina, para que na região haja um pouco mais de alegria de viver?” (FREITAS, 1996, p. 5). John Williamson, responsável principal pela elaboração do Consenso de Washington, proclamou, contraditoriamente, que os países pobres precisavam de “mais alegria de viver”. Alertando sobre a pobreza na América Latina, a revista *The Economist* sentencia que “os pobres não comem fundamentos”.

Os entraves históricos permanecem intocados. As raízes da pobreza nos países periféricos não são removidas. Portanto, via de regra, mantêm-se a concentração da terra, a super-exploração do trabalho assalariado, o bloqueio do desenvolvimento sócio-econômico, a prevalência dos interesses econômicos de uma minoria social, a aliança dos opressores selada entre o grande capital nativo com o imperialismo e as restrições à participação política democrática das grandes massas. A mescla de autoritarismo, demagogia e clientelismo tornaram o Estado profundamente elitista nos

países periféricos. Os benefícios públicos distribuídos a determinadas clientelas fazem parte da constituição do Estado refratário aos direitos democráticos das grandes massas trabalhadoras. Oboletas instituições conformam o Estado dos ricos. Estruturou-se o Estado avesso à representação política da classe operária e dos trabalhadores em geral.

Roberto Campos proclama categoricamente que não tem sentido a expressão justiça social. Isto seria um conceito sem cabimento. Quase uma contradição em termos. A justiça é feita aos mais capazes. A eficiência é premiada. A experiência prática não homogeniza a justiça na sociedade, indistintamente tanto para os mais produtivos como para aqueles mais limitados. A desigualdade impulsiona a construção da riqueza. Nesses tempos neoliberais, o dep. R. Campos não consegue se conter e comparece às generosas páginas dos jornais para esgrimir o conceito da “justiça produtiva” face à “justiça distributiva”, resgatando na verdade uma polêmica do século XIX.

A eficiência econômica é tudo, mas os valores éticos e sociais não representam nada. No fundo, essa visão pretende inculpar os próprios pobres como responsáveis pela existência da pobreza. Daí, está aberto o caminho para o passo seguinte quando se pode insinuar a conclusão de que a pobreza não pode ser eliminada: naturalmente sempre irão existir pobres e pobreza; não há nada a fazer. Contudo, deve-se, aprofundando a análise, discutir a questão da propriedade privada na sociedade: são iguais como privilegiados os que detêm a propriedade privada, enquanto a maioria social compõe o pólo dos despossuídos. É essa dicotomia, polarização social, assentada na propriedade privada dos meios de produção, que preserva e renova a pobreza, maior ou menor, no mundo.

A pobreza combina péssimas condições de vida com exclusão política e social. A pobreza não é um fato aleatório ou um problema circunstancial. A pobreza e a miséria não são questões estranhas à sociedade. São questões que denunciam a iniquidade da estrutura social. A natureza da pobreza é explicada, ao longo da história, pela sua permanência e função na reprodução da sociedade dividida em classes sociais. Carregando as dores do mundo, os pobres são necessários para servir aos senhores. A manutenção da pobreza representa um menor custo político e econômico para as

classes dominantes. Simples medidas técnicas de política econômica acompanhadas da liberação dos mercados e da retomada do crescimento, não são solução para a pobreza dos países periféricos (1995, p. 245-254). É possível, em algum país de industrialização mediana, a constatação de uma relativa atenuação da pobreza ao lado do aumento da desigualdade de renda.

A precária “assistência social” de governo é um arremedo demagógico e compensatório, que não reconhece os direitos sociais nem considera a conduta reivindicatória, os direitos políticos e a necessidade de efetividade da cidadania dos pobres. Os condutores do ajuste liberal devem saber que suas políticas pioram a desigualdade social porque eles têm encaminhado as medidas de natureza assistencialista. É neste sentido que se perfilam o Banco Mundial e, por exemplo, os governos mexicano e brasileiro. O Pronasol, programa nacional de solidariedade, foi a experiência importada do México para a criação do Comunidade Solidária, no Brasil.

A irreversível e forte marcha da urbanização dos países em desenvolvimento convive com o alargamento do desemprego e miséria. Segundo a OIT, a metade da população mundial se concentrará nas cidades no ano 2000. A OIT estima que em 1990 havia 400 milhões de moradores urbanos em pobreza absoluta. No final desta década, existirão 1 milhão de pobres nas cidades. Conforme dados de 1988 dessa instituição internacional, a África, com a taxa de 42%, lidera a estatística de pobreza urbana. Na América Latina, os pobres urbanos representavam 34% da população nas cidades.

A Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos Habitat II, em 1996, revelou os seguintes números: a América Latina, dentro dos próximos dez anos, será a região com a maior concentração de população urbana, 80% ; trezentos milhões de pessoas não contam com água potável e seiscentos milhões não têm sistema de esgoto para suas moradias. Essas pessoas têm doenças causadas em 80% dos casos por esses problemas de saneamento. Há 40 milhões de crianças nas ruas da América Latina, 25 milhões na Ásia e 10 milhões na África.

O Estado de bem-estar não se completou ou sequer existiu na periferia capitalista. A configuração de aspectos localizados de desenvolvimento e progresso nos últimos 50 anos em alguns países do Terceiro Mundo preservou a feia realidade da pobreza. A

frágil e insuficiente rede de proteção social é agora despedaçada. Ao invés de integração, processa-se a exclusão social. Implementa-se o corte do orçamento dos setores e serviços públicos, sobretudo educação, saúde e habitação popular; encaminha-se a precarização do mercado de trabalho no quadro de agigantamento do desemprego e da economia informal e com recrudescimento do arrocho salarial; privatiza-se a previdência e o sistema de aposentadoria etc.

Até mesmo nos países desenvolvidos, a reestruturação econômica e produtiva alavanca o desemprego e a piora das condições de vida, penalizando as massas trabalhadoras, os negros e imigrantes, inclusive com a reanimação odiosa do racismo. São eliminados importantes aspectos do Estado de bem-estar. Assim, a atual crise retoma e acentua a pobreza que volta a bater na porta do seletivo clube das nações desenvolvidas, a partir dos anos 80. Em 1995, a União Européia teve 11% de taxa de desemprego. Robert M. Solow, Prêmio Nobel em Economia, observa que: "Nos Estados Unidos e em menor grau, mas de modo significativo, em algumas nações da União Européia, a desigualdade de renda e riqueza parece estar crescendo".⁹

Muito apropriadamente, Michel Chossudovsky (1995, p.12) batiza a propalada globalização como globalização da pobreza. Surgem os novos pobres. A riqueza é restringida. Só uma minoria é incluída e beneficiada. Crescem a insegurança e a falta de perspectivas para as grandes massas. Depois de meio-século de miséria relativa, volta à tona o tema da miséria absoluta, senão vejamos o exemplo de desolamento e dilaceramento de algumas regiões da África.

A aceleração da inflação e sua contraface, os planos de estabilização, em conjunto com a recessão e as políticas para satisfazer o pagamento da dívida externa, tiveram como contrapartida o comprometimento do crescimento, o aumento da pobreza e do desemprego, nos últimos 15 anos.

9. R. Solow fez este comentário em artigo que acompanhou o relatório do PNUD - 1996, conforme publicação na *Gazeta Mercantil*, em 17/07/96.

O relatório do PNUD em 1996 relaciona as políticas de ajuste do FMI e Bird com o aumento da brecha entre a parte rica e a parte pobre do mundo. Nem na Grande Depressão, o declínio foi tão grande para 89 países, que hoje estão mais pobres do que em 1980. Desde meados dos anos 60, os ricos ficam mais enriquecidos: os 20% mais ricos ampliaram seu percentual de 70% para 85% na riqueza mundial. Os pobres ficam mais empobrecidos: Os 20% mais pobres sofreram a redução de sua parcela de 2,3% para 1,4%. Quantos vivem na miséria nos países periféricos? 1,3 bilhão de pessoas, ou 33% da população desses países. Nesta medição, o PNUD considera um dólar diário como a linha da pobreza.

Na população do mundo, 358 pessoas têm a mesma riqueza de 2,3 bilhões de pessoas. O relatório do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), divulgado em novembro de 1996, reconhece o crescimento das disparidades sociais na América Latina, destacando dados como por exemplo o fato de que a educação média é de 5 anos. Em 1970, eram pobres 40% dos latino-americanos. E em 1990, os pobres já eram 46%, ou seja, 196 milhões de pessoas na América Latina.

A Conferência da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em novembro de 1996, divulgou a informação de que 840 milhões de pessoas vão dormir todas as noites com fome. Na Conferência da FAO em 1974 houve uma resolução para se erradicar a fome no mundo no prazo de dez anos. Vinte e dois anos depois, a fome mantém-se presente. Agora, esse último encontro da FAO aprovou a proposta de reduzir à metade o número de famintos no curso das próximas duas décadas. Vale ressaltar que os chefes de Estado dos países ricos não se dignaram a comparecer à essa Conferência internacional.

O passado colonial e as políticas de ajuste encontram-se na base da crise social subsaariana. A extrema pobreza dessa região africana é um freio ao crescimento econômico. Até mesmo no sudeste do continente, na África do Sul, que construiu mediana estrutura econômica, assiste-se o estarrecedor drama da desocupação de 30% de sua população economicamente ativa, cerca de 4,7 milhões de pessoas, apesar de 52% desse contingente ter concluído o curso secundário.

As constantes pesquisas dos mais diversos órgãos têm confirmado, no caso do Brasil, a aceleração da concentração de renda. O relatório do PNUD em 1996 coloca o Brasil em último lugar na distribuição de renda. A participação dos 20% mais pobres na renda nacional é 32 vezes inferior à parte dos 20% mais ricos. O relatório do Banco Mundial em 1995 conclui que o Brasil é o país com a maior desigualdade social no mundo: 68% da renda nacional concentram-se nos 20% brasileiros mais ricos; os 10% mais ricos possuem 51,3% da renda; os 20% mais pobres possuem apenas 2,1% da renda. Para se perceber o quão escandalosa é essa concentração de renda no Brasil, deve-se tomar em comparação a miserável Honduras, nação que fica em segundo lugar no ranking de desigualdade social e tem 47,9% de sua renda nas mãos dos 10% mais ricos. Cerca de 16% das crianças brasileiras encontram-se no trabalho, em tempo integral ou parcial, colocando nosso país em 6^o lugar na classificação mundial de trabalho infantil, conforme dados de 1995.

A acelerada rotatividade é caracterizada pelo fato de 35% dos empregos são renovados por ano, no Brasil. Foram eliminados mais de 30% do emprego na indústria, desde 1990. Em 1993, o custo médio por hora de um operário no Brasil era US\$ 2,93 por hora; nos Tigres Asiáticos esse custo era de US\$ 5 a US\$ 6; enquanto nos países desenvolvidos era de US\$ 13 a US\$ 25. Existem 32 milhões de brasileiros em estado de fome crônica. O modo de inserção subordinada do Brasil na economia mundial, com a abertura comercial e a aceleração das importações, ao lado da trajetória de crescimento medíocre, inutiliza as chamadas políticas de geração de emprego.

Depois de seis anos de aplicação do festejado Plano Cavallo, a Argentina amarga deflação ao lado de recessão, desemprego. O grande país do Prata, outrora promessa de progresso na pobre América Latina, contorce-se hoje nas dores da pobreza e miséria. Mas o governo Menem, neste mesmo instante, comemora o fato de que a Argentina exhibe a menor taxa de inflação do Ocidente. De 91 a 92, os desempregados registravam a taxa de 7%. Mas, entre outubro de 1994 e outubro de 1995, o desemprego deslocou-se de 14% para 20% de trabalhadores argentinos, afóra os subempregados. Salários são reduzidos em empresas privadas e setores públicos em taxas como 20% , em troca da manutenção do emprego.

Na Argentina, em dois anos, de maio de 94 a maio de 96, aumentou em 66% o contingente da população abaixo da linha de pobreza. Os pobres passaram a representar uma proporção de 26,7% do total de habitantes, conforme o Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censo). Em algumas províncias do Norte, os pobres são 50% dos habitantes. Conforme dados do próprio governo, cerca de 2,4 milhões de crianças argentinas - 25% da população entre 0 e 14 anos - não têm atendidas suas necessidades básicas. Passou de 50 mil para 400 mil, em três anos, o número de crianças que se alimentam nos refeitórios da Igreja Católica no país. Governos provinciais da Argentina decretaram falência e tentam pagar salários com papéis de títulos da dívida pública. No primeiro trimestre de 1995, trinta mil estabelecimentos comerciais cerraram suas portas. Toda essa tragédia nacional, por incrível que pareça, é garantia para conquistar a confiança dos investidores externos. Sacrificam-se os interesses sociais, mas o país não pode afetar as expectativas desses investidores financeiros.

A revista norte-americana *Forbes* apresentou a relação de vinte e quatro mexicanos com fortuna superior a um bilhão de dólares, em 1994. Anteriormente, em 1988, essa lista só mencionava três pessoas do México. De um lado, agrava-se a pobreza da maioria trabalhadora, e de outro lado, multiplica-se a fortuna de uma minoria. Na sociedade mexicana, o coeficiente de Gini era de 0,43 em 1984 e elevou-se para 0,48 em 1992, revelando o avanço da desigualdade.¹⁰ De 1990 a 1994, o desemprego na indústria mexicana aumentou em cerca de 10%. O México em chamas foi o legado do governo Salinas, mas alguns poucos entraram no clube dos miliardários do planeta.

10. O índice de Gini é empregado para medir a desigualdade social, sendo um extremo, número zero, indicador de plena igualdade, e sendo um outro extremo, número 1, indicador de plena desigualdade.

A retomada isolada do crescimento econômico não é evidentemente a solução cabal para o presente problema do desemprego. Mas o crescimento débil agrava esse problema. A concentração de renda e riqueza não impede, mas limita muito seriamente, a longo prazo, o ritmo da atividade econômica. Juan Luis Londoño, pesquisador do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), afirma que a manutenção do atual ritmo de crescimento econômico dos países da América Latina implicará a passagem para abaixo da linha de pobreza de mais duas pessoas por cada minuto na próxima década. Nos países do Terceiro Mundo, há, em geral, um desemprego de caráter crônico, a partir do atraso econômico estrutural. Agora, as mudanças gerenciais e tecnológicas na produção e a exacerbada abertura comercial e desindustrialização tornam mais pronunciado o drama dos que não encontram trabalho.

Na América Latina, 75% dos novos empregos gerados situam-se na economia informal. A liberação do mercado de trabalho tem contribuído para a precariedade da ocupação da mão-de-obra, com a irregularidade do emprego, os trabalhos por conta própria e os salários não protegidos. O relatório anual da OIT em 1996 diz que há um bilhão de pessoas desempregadas ou subempregadas no mundo. Isto corresponde a 30% da força de trabalho. Para a OIT a principal causa da ampliação do desemprego tem sido a longa queda do crescimento econômico iniciada em 1974. Essa instituição polemiza, reiterando que o pleno emprego é ainda atual e viável.

As gigantescas pressões dos países ricos para redução demográfica no Terceiro Mundo, têm resultado em alguns países em esterilização de mulheres em massa. Nesses países, tem crescido a preocupação com a perspectiva de aceleração do envelhecimento da população, gerando-se apreensões sobre os possíveis impactos futuros no crescimento econômico. A redução relativa de jovens prejudica, em certo nível, o processo de formação da poupança do país.

Os atuais retrocessos no sistema de previdência e aposentadoria repercutirão perversamente na futura larga população idosa. O desmantelamento da previdência social rompe a solidariedade entre as gerações. Assim, cada indivíduo, por si próprio, seria responsável pela constituição do seu fundo de aposentadoria junto a uma instituição de previdência privada. Mesmo as empresas fechadas de previdência

privada começam a tentar trocar o benefício definido pela contribuição definida, de modo que o trabalhador ao se aposentar não tem definido quanto vai receber, o que vai depender da situação financeira do Fundo. Definido mesmo só o percentual de seu salário como contribuição enquanto estiver na ativa. A pura lógica financeira passaria a prevalecer.

Nos países pobres, há 405 milhões de crianças fora da escola. A desnutrição atinge mais de um terço das crianças desses países. A taxa de mortalidade infantil supera em 6 vezes a mesma taxa nos países industrializados. Nestes últimos países, a mortalidade materna é 12 vezes inferior ao nível das mortes das mães nas nações pobres. Segundo a OIT, havia, em 1995, nos países em desenvolvimento 250 milhões de crianças, 5 a 14 anos, trabalhando: 61% são crianças da Ásia, 32% são da África e 7% da América Latina. O líder desta lista é o Quênia, onde 40% de suas crianças trabalham. São crianças privadas de direitos e marcadas por problemas de peso e estatura. No mundo, morre uma criança, a cada 8 segundo, por causa da fome, conforme informação do Programa Mundial de Alimentação.

5 CONCLUSÕES

5.1 *DEPENDÊNCIA NACIONAL, DESIGUALDADES SOCIAIS E INSTABILIDADE CRESCENTES*

A chamada globalização econômica e financeira, automaticamente, resultaria em acessibilidade ao progresso por parte dos países periféricos e incremento do desenvolvimento humano. Haveria distribuição equilibrada do progresso tecnológico. Os países com insuficiência de capital seriam beneficiados pela canalização de poupança externa. Essa seria a projeção linear, determinista e simplista.

Entretanto, essa visão ingênua e rósea é desmentida pela realidade. O caso mexicano ilustra o fato de que os enormes fluxos de capitais externos não resultaram em aumento da capacidade produtiva e em desenvolvimento. A liquidez internacional, repercutindo no Terceiro Mundo, aproveita as elites locais e nativas, preservando o quadro geral de concentração de riqueza, renda e poder. A globalização financeira, autônoma e volátil, compromete a gestão dos bancos centrais e a política macroeconômica. Comprova-se que as políticas de ajuste liberal multiplicaram o desemprego e agravaram a pobreza no Terceiro Mundo nos últimos 15 anos. O Consenso de Washington impõe as seguintes regras aos países dependentes: 1) fragilização econômica do Estado; 2) aberturas comercial e financeira; e 3) política monetária com restrição creditícia e juros altos. A modernização conservadora é parcial, volta-se apenas para alguns setores econômicos.

A evidente heterogeneidade entre os países recusa a falsa uniformidade da globalização. O processo de enfraquecimento e incapacitação atinge especificamente os Estados localizados na periferia. O PNUD caracteriza a globalização como uma faca de dois gumes. Impõe-se a luta ideológica diante da propaganda enganosa referente ao conteúdo da globalização econômica. O entreguismo escuda-se na argumentação da globalização para efetivar crescentes e variadas concessões ao capital estrangeiro.

Persistem a idiossincrasia e diferenciação entre os mercados financeiros dos países ricos e dos países periféricos. As desigualdades da dinâmica capitalista continuam e se revestem como extensa e contemporânea exclusão econômica e social das regiões periféricas. Não há crescimento a longo prazo. Ultrapassando a própria questão de crescimento, o conceito amplo de desenvolvimento econômico e humano é uma meta distante ao se examinar o conjunto, todo o grupo, de países periféricos, não se detendo em experiências isoladas de um ou outro país. Torna-se mais difícil e complexo o caminho do progresso. Não há projeto de desenvolvimento nacional. Não se eleva o nível de gasto social nem se aumenta o investimento público. Surgem novas dívidas externas. Persistem problemas nos termos de intercâmbio no comércio. A pobreza mantém-se, renova-se. Os círculos financeiros internacionais comprometem a soberania nacional, aprofundam a dependência econômica no Terceiro Mundo.

Assim, em um quadro difícil e complexo, reclama-se uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e humano, no contexto dos países periféricos, com participação do Estado reconstruído, renovado e democratizado, sob a égide da mobilização popular. Trata-se de um Estado democraticamente forte. O interesse nacional é redefinido no sentido da autonomia da orientação econômica do país, tendo como metas o crescimento da produção, a distribuição de renda, a desconcentração da riqueza, a geração de emprego e a busca da satisfação das necessidades materiais e espirituais do povo. As medidas de justiça fiscal e tributária enquadram-se no esforço distributivo. Há que se destacar o papel dos pequenos e médios empresários e a recuperação da capacidade de investimento estatal. Um parâmetro fundamental é o crescimento das taxas de produtividade e de emprego.

Essa estratégia de desenvolvimento depende e combina-se com importantes rupturas políticas e alteração social no esquema de poder em muitos países. O afastamento da autarquia econômica articula-se dialeticamente, entretanto, com o fortalecimento do mercado interno. Antes da visão economicista limitada, a reforma agrária impõe-se como necessidade social e política, consultando os interesses de amplas massas. A especificidade do caminho do desenvolvimento decorre da natureza concreta e peculiar da história, sociedade e estrutura econômica de cada país. O Terceiro

Mundo, em sua diversidade, exige um caminho econômico singular em cada nação, conforme seu estágio de desenvolvimento e suas potencialidades.

A luta contra a pobreza tem caráter político, tem a participação direta dos pobres e objetiva a mudança social e a transformação democrática do poder institucional. A marca de novidade é a inclusão dos marginalizados. Ao nível internacional, impõe-se a necessidade de ressurgimento da mobilização política do Terceiro Mundo, questionando os termos da propalada globalização e da nova ordem internacional.

A relação entre poupança e investimento dos países periféricos diante dos fluxos de capitais externos não autoriza nem respalda a atitude subserviente e equivocada de governos desses países, adotando inconsequentes decisões econômicas com o fim exclusivo de consagrar a principalidade e centralidade do capital estrangeiro. Mesmo o investimento estrangeiro direto (IED) concentra-se na participação na privatização de empresas estatais, aprofundando a desnacionalização, afetando a soberania dos países periféricos em relação às decisões referentes a produção, tecnologia, investimentos etc. Assim, o capital estrangeiro não significa expansão do emprego. Empresas nacionais são adquiridas pelo capital estrangeiro, o mercado interno dos países periféricos é açambarcado pelas importações ou diretamente pelas filiais das firmas transnacionais e os setores dinâmicos da economia são controlados e ocupados pelo capital forâneo.

Os recursos financeiros mantêm-se nas economias centrais, fluindo pequena fração para a periferia capitalista. Essa pequena fração de recursos é remunerada em altos níveis nos países periféricos. Os super-ganhos dos setores rentistas e das grandes empresas são assegurados até quando se mantiver a prática de juros altos. É automática a fuga do *smart money* em face da elevação dos juros internacionais. Os investimentos de *portfolio* no mercado cambial e nas bolsas podem ser retirados a qualquer momento. Principalmente a América Latina tem experimentado frequentes episódios marcados pela volatilidade dos fluxos de capitais. A dependência aos capitais voláteis submete os países aos sobressaltos cambiais e financeiros. Não há controle dos fluxos de entrada e saída dos capitais.

O novo endividamento externo baseia-se em emissão de títulos de curto prazo e juros reais elevados e nas diferenciadas aplicações do *smart money*, diferentemente dos empréstimos nas operações contratuais com os bancos internacionais nos anos setenta. As tentativas de reestruturação da dívida externa de vários países são mais difíceis, hoje, do que anteriormente nas condições de empréstimos bancários porque partes do endividamento foram transformadas em bônus, os quais foram adquiridos de forma pulverizada, tornando-se mais complicada a hipótese de negociação com muitos investidores. A dívida externa continua e aumenta.

Em geral, as atuais condições internacionais dificultaram a possibilidade de desenvolvimento dos países periféricos. Aumenta o fosso entre os países desenvolvidos e os países pobres. A inserção passiva da periferia na economia internacional desdobra-se em nova subordinação econômica e política, constringendo o desenvolvimento em países do Terceiro Mundo.

O imperialismo, neste momento, tem as mãos desembaraçadas, para exercer plenamente a dominação econômica sobre as nações dependentes, apoiando-se mais decisivamente nas elites, classes dominantes, desses países periféricos. Em alguns desses países, como o Brasil, essas elites compõem uma minoria social que concentra imensa riqueza e poder político. O grande capital local pode se beneficiar da obtenção de lucros elevados em alguns setores específicos nas condições de associação com grandes empresas internacionais. Por exemplo, no Brasil surgem mega-consórcios, reunindo empresas, bancos e companhias de imprensa (TV e Jornal) brasileiros e grandes corporações estrangeiras, a fim de participar da privatização dos cobiçados setores de telecomunicações. Outra dificuldade é o próprio avanço da financeirização da economia no mundo. O setor financeiro concentra importantes parcelas da renda, atraindo os benefícios da atividade econômica. Isso ocorre em detrimento do nível de participação do trabalho na renda nacional, piorando o quadro distributivo.

No final da década de 80 e início dos anos 90, o neoliberalismo consolida-se como doutrina triunfante no mundo. Até quando? A viragem neoliberal sustentou-se na acentuação do processo de internacionalização econômica e financeira, de um lado, e na queda do socialismo no Leste europeu, de outro lado.

A oligarquia financeira internacional desfruta de imenso poder nas atuais condições do capitalismo. A natureza e a magnitude da internacionalização financeira exacerbam o parasitismo e a especulação do capital, além de provocar impactos regressivos nos projetos de desenvolvimento nacional dos países periféricos.

O padrão fordista ou norte-americano entrou em colapso no início da década de 70. A modernização conservadora busca novos paradigmas estruturais, tecnológicos, produtivos e financeiros. São formulados novos modelos e regras institucionais, sobretudo desarticulando o mundo do trabalho. A realidade das nações centrais, a superprodução e a desaceleração econômica expandem a liquidez, liberando imensas massas de recursos para um processo de acumulação puramente monetária. Os derivativos (futuros, opções e *swaps*) são ativos exponencialmente alavancados, constituem operações de curto prazo e representam mercados não-regulados pelos bancos centrais.

A internacionalização financeira anda de braços dados com a instabilidade e os riscos. As crises são cada vez mais frequentes: crise do dólar (1971); falência do Banco Herstatt, na Alemanha, e Franklin National Bank, nos EUA (1974); disparo das taxas de juros (1979); quebra do Banco Ambrosiano e de dois bancos alemães (1982); moratória do México e eclosão da crise da dívida externa (1982); *crash* da Bolsa de Valores de Nova York (1987 e 1989); falência do banco Continenta Illinois (1983); colapso dos conglomerados financeiros BCCI (1991) e Maxwell; queda da libra esterlina (1992); insolvência de bancos na Venezuela, México, Argentina, Brasil, Rússia e Japão (1992-1996); crise do México (1994-95); desequilíbrio cambial internacional (1995); quebra do Banco Barings (1995).

De onde vem a instabilidade?

Vem da própria natureza contraditória, excludente e procíclica do sistema capitalista. Hoje, o neoliberalismo e a globalização financeira exacerbam a instabilidade. Há explicações para a nova feição da economia. A partir da década de setenta, verifica-se o declínio do quarto longo ciclo do capitalismo, segundo Luiz C. Bresser Pereira (1986, p. 179). Ampliando o período de análise, John Kenneth Galbraith (1995, p. 18)

conclui que os desastres financeiros nos três últimos séculos foram provocados por investimentos alavancados, com imensas dívidas lastreadas por pequenos ativos.

Grandes massas de dinheiro e complexos instrumentos financeiros são objeto de especuladores, que podem, por exemplo, apostar contra moedas, como ocorreu no episódio da libra esterlina, em 1992, a partir da atividade de G. Soros. Do ponto de vista de alguns especuladores, a instabilidade e o risco são importantes porque são compensados com maiores retornos das aplicações. Assim, maior perigo potencial, maior taxa de rendimento cobrada. Os ganhos ou os prejuízos podem ser imensos.

A interconexão de computadores e telecomunicações ao lado de sofisticadas tecnologias bancárias e financeiras resultam na interligação das operações no mundo em 24 horas por dia. Isto favorece tanto a especulação e o movimento de capitais quanto propicia o instântaneo alastramento do pânico durante as crises financeiras, atingindo diversos mercados e países. Um episódio significativo de inadimplência e interrupção no sistema de pagamentos e compensações se propaga rapidamente entre os mercados.

A própria lógica do capital financeiro e a gigantesca dimensão dos seus mercados não admitem o sucesso duradouro de ação coordenada dos bancos centrais e muito menos a perspectiva de instituição de monitoramento, como se fosse uma espécie de banco central supranacional. A heterogeneidade institucional de Estados, empresas e organizações financeiras não favorece a coordenação de políticas econômicas nacionais. No plano internacional, não há um marco de regulação e supervisão das empresas de valores e dos conglomerados financeiros.

Dada a velocidade de inovação dos instrumentos, a magnitude e a estrutura dos mercados financeiros, até mesmo eventuais iniciativas de regulação poderiam representar um fator de instabilidade, sugerem alguns analistas conservadores, o que demonstra o impasse atual. Prevalece a volatilidade para os fluxos de capitais (é o resultado) e também para as taxas de juros e preços dos ativos (é a motivação imediata). Torna-se difícil a sincronização do patamar das taxas de juros nos países ricos.

A liberalização e a sofisticação das operações e dos instrumentos dificultam enormemente a percepção e a medição dos riscos. A vinculação dessas grandes transações financeiras com os bancos é uma forma de canalizar e elevar os riscos para o patamar de crise sistêmica, atingindo o conjunto da economia. A supervisão e o controle dos riscos tornam-se limitadas diante dos conglomerados financeiros.

A valorização fictícia do capital atinge níveis estratosféricos, motivando dificuldades aos investimentos produtivos, tendendo a engendrar desconhecidos problemas a longo prazo no próprio processo de reprodução ampliada do capital. A crise financeira transborda para a economia real. Há fortes pressões estagnacionistas. O ciclo econômico sofre mudanças, inexistindo uma fase propriamente dita de prosperidade, não se registra auge. A dinâmica capitalista atual baseia-se na alternância de recessão e recuperação medíocre. A crise cíclica de superprodução combina-se com dificuldades estruturais.

A corrida tecnológica é imposta pela concorrência, implicando em acelerado processo de mudança das forças produtivas, com veloz obsolescência e depreciação do capital constante existente. Registra-se o encurtamento do tempo de rotação do capital. A reestruturação produtiva implica em novos métodos administrativos, gerenciais e de organização do trabalho. As inovações tecnológicas traduzem-se em novas máquinas e equipamentos que elevam a proporção do capital constante, enquanto é reduzida relativamente o capital variável. O resultado é o extraordinário crescimento da composição orgânica do capital. O desemprego torna-se permanente, avassalador, estrutural, criando uma situação em que grandes parcelas de trabalhadores, sequer são incorporados ao exército industrial de reserva. Neste sentido, o capitalismo resgata o problema da miséria absoluta. A valorização do capital é restringida à exploração de limitada fração de trabalhadores. Assim, complica-se a perspectiva das taxas médias de lucro, o nível da demanda solvente e a realização da mais-valia no processo de circulação do capital.

O peso da crise do capitalismo é desabado sobre os ombros dos trabalhadores e sobre os países periféricos. Neste sentido, a mais-valia extraída dos trabalhadores nesses países dependentes é transferida para a valorização do capital financeiro internacional,

além da crescente exploração sobre o mundo do trabalho nos próprios países imperialistas.

A incerteza crescente das atuais condições cambiais e financeiras dificulta a tomada de decisões de longo prazo, afetando a aplicação dos recursos na produção. A queda da rentabilidade na indústria motiva a autonomização dos mercados financeiros. Nessas circunstâncias de mercados de valores -em níveis gigantescos, especulativos e voláteis- a instabilidade e risco de crise global são ameaças da atual globalização financeira, com o comprometimento potencial da perspectiva de desenvolvimento especialmente nos países mais vulneráveis e periféricos.

Entretanto, a chamada globalização econômica também representa, em perspectiva, um aspecto de negação potencial do sistema capitalista. O novo se gesta no interior da velha sociedade, colocando-se a necessidade do contra-movimento dos trabalhadores. O aprofundamento e radicalização da internacionalização do capital tende a acumular as condições objetivas da transição para um novo sistema econômico e social. A concentração e centralização do capital atinge elevado grau. O mercado internacional torna-se mais decisivo para a formação da taxa geral de lucro. A anarquia do sistema é centuplicada pela globalização financeira. As contradições capitalistas vão se generalizando, acentuando a dicotomia entre o caráter social da produção e a apropriação privada. As crises propagam-se internacionalmente.

Na atual luta anti-imperialista, mesmo as tarefas nacionais -que exigem solução em profundidade- vinculam-se ao projeto de transição socialista. O socialismo é a alternativa global à lógica do capital financeiro. Além do marco do capital, ultrapassando o capitalismo, a autonomia e o desenvolvimento nacionais incluem-se em um novo projeto de sociedade e reclamam a hegemonia democrática dos trabalhadores em geral, que são os novos protagonistas da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADACHI, Vanessa e BALARIN, Raquel. Templeton amplia investimentos no Brasil. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 1996. c. B, p. 3.
- ADACHI, Vanessa. "CPMF é presente a bolsas dos EUA". *Gazeta Mercantil*, 28 nov. 1996. c. B, p. 3.
- AGLIETA, Michel. Globalização financeira, risco sistêmico e controle monetário nos países da OCDE. *Pensamento Iberoamericano - Revista de Economia Política*, Madrid, n. 27, p. 37-39, ene./jun. 1995.
- ALCÂNTARA, Eurípedes. Alívio planetário. *Veja*, São Paulo, 8 fev. 1995. p. 35.
- AMIN, Samir. *Classe e nação: na história e na crise contemporânea*. Lisboa : Moraes, 1979.
- ANDIMA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE MERCADO ABERTO. *Câmbio: a paridade da moeda brasileira com o dólar americano, de 1889 até 1984*. Rio de Janeiro, 1984. p.336. Séries históricas.
- ARISTIDES FILHO. *Sistema monetário internacional - as regras do jogo*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- ÁSIA pode ter o seu México. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 ago. 1996. c. C, p. 7.
- BAER, Mônica. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1986.
- BAER, Mônica. Sistema Financeiro Internacional: oportunidades e restrições ao financiamento do desenvolvimento. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 42, jul. 1995.
- BALARIN, Raquel. Fundos Imobiliários têm mais de R\$ 300 mi em patrimônio. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 29 nov. 1996. c. B, p. 11.

- BARBOSA, Lima Sobrinho, SOUZA, Herbert de, CARDOSO, Fernando Henrique et al. *Em defesa do interesse nacional*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.
- BENAKOUCHE, Rabah. *O que é capital internacional*. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- BERTOLOTTO, Rodrigo. Governo e Igreja 'disputam' dados da pobreza. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996. p. 1-24.
- BIRD quer governos incentivando a agricultura. *A Tarde*, Salvador, 15 nov. 1996. p. 17.
- BITTENCOURT, Getúlio. Bogotá: primeira a ter recurso sindicalizado. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 21 nov. 1996.
- BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo.: Nobel, 1990.
- BRAGA, José C. S. e MAZZUCHELLI, Frederico. Notas Introdutórias ao Capitalismo Monopolista. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.1, n. 2, p.61, abr./mai. 1981.
- BRANDÃO JUNIOR, Nilson. PF faz acareações entre executivos do Banco Nacional. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 nov. 1996. c. A, p. 13.
- BRASIL é o primeiro em desigualdade social. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jun. 1995. c. 1, p. 5.
- BRISSET, Claire. Crescimento das desigualdades, no Norte e no Sul. In: *O mundo hoje/93*, São Paulo : Ensaios, 1993.
- BRUNHOFF, Suzanne-Simone. A moeda na obra de Marx: concepção e método. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (org.). *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília : UnB, 1992.
- _____. *A política monetária: um ensaio de interpretação marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- CALVO, Guillermo A. Depoimento sobre o pacote de empréstimo para o México. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, ene./jun. 1995.
- CAMPOS, Lauro. Moeda e mercadoria: metamorfose e crise. In: SILVA, Maria Luiza Falcão (org.). *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília : UnB, 1992.
- CARVALHO, Maria Christina. Bancos acumulam mais atrasos em empréstimos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 19 nov. 1996. c. A, p. 7.
- CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Políticas para melhorar a inserção na economia mundial*. Santiago : ONU, 1995.
- CHAIM, Célia. Papai Noel não é argentino. *Exame*, São Paulo, n. 7, p. 24, 29 mar. 1995.
- CHICK, Victoria. A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, p. 9-23, 1994.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A globalização da pobreza. *Princípios*, São Paulo, n. 38, p. 12, ago./set./out. 1995.
- CORAZZA, Gentil. Dinheiro, instabilidade e gestão monetária: de Minsky a Marx. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, p. 111-131, 1994.
- COUTINHO, Luciano. Moedas Fortes, Moedas Fracas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 set. 1995. c. 2, p. 4.
- _____. Globalização perigosa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1996. c. 2, p. 7.
- CRESCER venda de empresas argentinas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 1996. c. 2, p. 2.

- DEVLIN, Robert, DAVIS-FFRENCH, Ricardo, GRIFFITH-JONES, Stephany. Fluxos de capital e o desenvolvimento nos anos 90: implicações para as políticas econômicas. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 109, ene./jun. 1995.
- DORNBUSCH, Rüdiger. Ao ajudar o México, os Estados Unidos se ajuda a si mesmo. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 192-193, ene./jun. 1995.
- EICHENGREEN, Barry, TOBIN, James, WYPLOSZ, Charles. Jogar areia nas engrenagens da financeirização internacional. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 331-339, ene./jun. 1995.
- ENTREVISTA com Michel Camdessus. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 fev. 1995.
- FERNANDES, Maria Cristina. Ajuste econômico agravou polarização mundial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 jul. 1996. p. 10.
- FERRARI, Livia. Importação de máquinas é de 66% da produção. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 21 nov. 1996. c. A, p. 6.
- FREITAS, Jânio de. Os donos da alegria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 set. 1996. c.1, p. 5.
- FUSER, Igor. Depois da queda. *Veja*, São Paulo, p. 39, 8 mar.1995.
- GALBRAITH, John K. Não há Nada a Fazer. *Exame*, n. 7, p. 18, 29 mar. 1995.
- GERMER, Claus M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, p. 179-201, 1994.
- GOMIDE, Sandra. Ajustes para conquistar investidores. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 1996. p. 2.
- _____. Desemprego, um dos problemas mais graves. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 1996. p. 4.

- GREENSPAN, Alan. Depoimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 164-169, ene./jun. 1995.
- GRIFFITH-JONES, Stephany e STALLINGS, Barbara. Novas Tendências Financeiras Globais: Implicações para o Desenvolvimento. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 120, ene./jun. 1995.
- GRIFFITH-JONES, Sthephany. Globalização dos mercados financeiros e o impacto dos fluxos para os países em desenvolvimento: novos desafios para a regulação. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, n. 27, p. 41-53, ene./jun. 1995.
- HABITAT II lida com números alarmantes. *A Tarde*, Salvador, 10 jun. 1996.
- HILFERDING, Rudolph. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HOPENHAYN, Benjamín. Movimentos de capital e financiamento externo. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 55, abr. 1995.
- HÝMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.
- KENEN, Peter. Maneiras de reformar os acordos sobre regimes cambiais. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 226, ene./jun. 1995.
- LAUTIER, Bruno e SALAMA, Pierre. De l'histoire de la pauvreté en la Europe a la pauvreté dans le Tiers Monde. *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 36, n. 142, p. 245-254, avr./juin. 1995.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo: fase superior do capitalismo. In: _____. *Obras escolhidas*, São Paulo : Alfa-Ômega, 1980.

- MARX, Karl. Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros. In: _____. *O capital*, 3. ed., São Paulo : Nova Cultural, 1988.
- MASSAD, Carlos. Um novo sistema monetário internacional para o futuro. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 352, ene./jun. 1995.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. Conseqüências do Neoliberalismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, Revista do Instituto de Economia da Unicamp, p. 60, ago. 1992.
- MENZEL, Ulrich. Idéias. *OPS*, Salvador, Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA., v.1, p. 5-13, outono. 1996.
- MORAES, Antonio Ermírio. A Globalização da Ciranda Financeira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 1995. p. 2.
- O ALARME das Bolsas. *Veja*, São Paulo, p. 21, 18 jan. 1995.
- ORTIZ, Guillermo. Como estamos manejando a crise do peso. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 185, ene./jun. 1995.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. A lição mexicana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1995. c. 1, p. 3.
- _____. *Lucro, acumulação e crise*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- PINTO, Celso. A volta do populismo? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 set. 1996. c. 1, p. 11.
- PLANOS de pensão ameaçam fundos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 9 jul. 1996.c. B, p. 3.
- POBRES nas cidades vão a 1 bilhão. *A Tarde*, Salvador, 25 set. 1996.

- REBOUÇAS, Lúcia. Fundações devem ter US\$ 68 bi no fim do ano. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 1996. p.5.
- REFORMA financeira é promessa antiga. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 nov. 1996. c. A, p. 11.
- ROSSI, Clovis. Um choque na educação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 nov.1996, c. 1, p. 2.
- SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. *A economia em decomposição* - ensaio sobre a hiperinflação. São Paulo : Nobel, 1992.
- SILVA, Fernando de Barros e. Globalização pode ameaçar a democracia. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 24 nov. 1996. c. 1, p. 17.
- SOLANES, José García. Mobilidade internacional de capitais na União Européia. *Pensamiento Iberoamericano - Revista de Economía Política*, Madrid, n. 27, p. 259-260, ene./jun. 1995.
- SOSA, Daniel Victor. Ameaça estrangeira. *Gazeta Mercantil*, Semanário Mercosul, São Paulo, 18-24 nov. 1996. p. 6.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro : Zahar, 1962.
- TACHINARDI, Maria Helena. BID vê recuaperação na América Latina. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 nov. 1996. c. A, p. 4.
- _____. EUA impõem restrições a serviços financeiros. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 nov. 1996. cad. A, p. 6.
- _____. Reformas financeiras são "pequenas" no Brasil. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 25 nov. 1996. c. A, p. 5.
- TAVARES, Maria da Conceição. A crise financeira global. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 20, abr./jun. 1983.
- TAYLOR, Robert. A OIT refuta mitos sobre o desemprego. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 27 nov. 1996. c. A, p. 11.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TREVISAN, Cláudia. Brasil é 6º em trabalho infantil, diz OIT. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1996. c. 1, p. 6.

UNCTAD - CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO. *Informe sobre comércio e desenvolvimento*. Genebra : ONU, 1995.

WARNER, Joan. Será que os bônus Brady valem o risco? *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 nov. 1996. c. B, p. 10.

ZINI, Álvaro Augusto. Substituição de exportações?!. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 nov. 1996. c. 2, p.10.